

**TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS DA COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL DE  
CURTO PRAZO**

**ENTRE**

**COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GÁS - COPERGÁS**

**E**

**EQUINOR ENERGY DO BRASIL LTDA.**

## ÍNDICE

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS .....</b>      | <b>4</b>  |
| <b>2 CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO .....</b>                                     | <b>12</b> |
| <b>3 CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA .....</b>                                  | <b>13</b> |
| <b>4 CLÁUSULA QUARTA – NOTIFICAÇÕES DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA .....</b>  | <b>13</b> |
| <b>5 CLÁUSULA QUINTA – QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA E PREÇO DO GÁS .....</b> | <b>14</b> |
| <b>6 CLÁUSULA SEXTA – COMPROMISSO DA VENDEDORA .....</b>                     | <b>16</b> |
| <b>7 CLÁUSULA SÉTIMA – COMPROMISSO DE RECEBIMENTO DA COMPRADORA .....</b>    | <b>17</b> |
| <b>8 CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO .....</b>                                 | <b>18</b> |
| <b>9 CLÁUSULA NONA – PONTOS DE ENTREGA .....</b>                             | <b>20</b> |
| <b>10 CLÁUSULA DEZ – MEDIÇÃO E ALOCAÇÃO .....</b>                            | <b>20</b> |
| <b>11 CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS .....</b>                             | <b>20</b> |
| <b>12 CLÁUSULA DOZE – FATURAMENTO .....</b>                                  | <b>21</b> |
| <b>13 CLÁUSULA TREZE – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO .....</b>                  | <b>26</b> |
| <b>14 CLÁUSULA QUATORZE – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR .....</b>             | <b>28</b> |
| <b>15 CLÁUSULA QUINZE – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS .....</b>                   | <b>32</b> |
| <b>16 CLÁUSULA DEZESSEIS – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES .....</b>         | <b>35</b> |
| <b>17 CLÁUSULA DEZESSETE – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO .....</b>                 | <b>36</b> |
| <b>18 CLÁUSULA DEZOITO – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE .....</b>                | <b>37</b> |
| <b>19 CLÁUSULA DEZENOVE – NOVAÇÃO .....</b>                                  | <b>39</b> |
| <b>20 CLÁUSULA VINTE – CONDUTA DAS PARTES .....</b>                          | <b>39</b> |
| <b>21 CLÁUSULA VINTE E UM – DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>                     | <b>41</b> |
| <b>22 CLÁUSULA VINTE E DOIS – GARANTIAS DE PAGAMENTOS .....</b>              | <b>43</b> |
| <b>23 CLÁUSULA VINTE E TRÊS – CONCORDÂNCIA DAS PARTES .....</b>              | <b>45</b> |
| <b>ANEXO I – MODELO DE NOTIFICAÇÃO DE COMPRA E VENDA .....</b>               | <b>46</b> |

**TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS DA COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL DE CURTO PRAZO, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GÁS - COPERGÁS, E, DO OUTRO LADO, EQUINOR ENERGY DO BRASIL LTDA.**

Pelo presente instrumento,

**COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GÁS - COPERGÁS**, sociedade com sede na Avenida Conselheiro Aguiar, 1748, Edf. Ítalo Brasil Renda, 8º andar Boa Viagem, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 41.025.313/0001-81, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada "COPERGÁS"; e

**EQUINOR ENERGY DO BRASIL LTDA.**, sociedade com sede na Rua do Russel, nº 804, 3º, 6º e 8º andares, salas 301, 302, 303, 601, 801, 802, Glória, CEP: 22.210-010, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 04.580.657/0001-26, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada "EQUINOR";

Também denominadas, isoladamente, "PARTE" e, em conjunto, "PARTES".

A qualificação de VENDEDORA e COMPRADORA serão definidas às PARTES para cada operação firmada, ou seja, ora cada uma das PARTES poderá ser VENDEDORA, e ora COMPRADORA.

**CONSIDERANDO QUE:**

- Conforme disposto no Parágrafo 2º do Artigo 25, da Constituição da República Federativa do Brasil, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 5, de 15/08/1995, cabe aos Estado explorar, diretamente ou mediante a concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da LEI;
- Conforme contrato de concessão firmado em 05 de novembro de 1992, a COPERGÁS é concessionária dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado de Pernambuco;
- Foi realizado processo de Chamada Pública para contratação do objeto do presente CONTRATO, em atendimento ao disposto no art. 5º, § 2º, da Lei Estadual nº 15.900, de 11/10/2016;
- As PARTES desejam comprar ou vender gás natural entre si, nos termos e condições aqui estabelecidos;
- A VENDEDORA é autorizada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP como agente de comercialização e carregamento de gás natural;

- A VENDEDORA deseja vender GÁS à COMPRADORA e a COMPRADORA deseja adquirir GÁS da VENDEDORA;
- As PARTES negociarão operações de compra e venda de GÁS, as quais serão definidas conforme as condições estabelecidas nas NOTIFICAÇÕES de OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA e neste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

RESOLVEM as PARTES celebrar o presente Termos e Condições Gerais de Compra e Venda de Gás Natural de Curto Prazo ("TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS"), o qual será regido pelas cláusulas e pelas condições a seguir estabelecidas.

## **1 CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS**

1.1. Qualquer termo ou expressão que grafados em maiúsculas, neste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS terá o significado que lhe foi atribuído nesta cláusula, seja no singular ou no plural:

**AFILIADA:** significa, com relação a qualquer PARTE, qualquer pessoa física ou jurídica, residente ou com sede no Brasil ou no exterior que (i) seja, direta ou indiretamente, CONTROLADA por esta PARTE; (ii) CONTROLE, direta ou indiretamente, tal PARTE; (iii) seja, direta ou indiretamente, CONTROLADA por qualquer pessoa que CONTROLE, direta ou indiretamente, tal PARTE.

**ANO:** significa cada período que:

- (i) para o primeiro ANO, começará na data de entrada em vigor do presente CONTRATO conforme Cláusula 3.1 e terminará no último Dia do mês de dezembro do ANO em questão;
- (ii) para cada Ano sucessivo ao referenciado na alínea (i) supra, com exceção do último ANO de vigência do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ano e terminará no último DIA de dezembro do mesmo ano;
- (iii) para o último ANO de vigência do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, começará no primeiro DIA de janeiro do correspondente ANO e terminará no último DIA de vigência do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

**ANP:** significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, agência reguladora da atividade do setor de gás e petróleo, criada pela Lei nº 9.478, de 06/08/1997 ou qualquer outra entidade que, por força de LEI, venha a substituí-la no futuro.

**ARBITRAGEM:** significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 16.15.3.

**ÁRBITRO (PRIMEIRO ÁRBITRO, SEGUNDO ÁRBITRO, TERCEIRO ÁRBITRO):** significa um dos integrantes do TRIBUNAL ARBITRAL, designados conforme item 16.15.3.4.

**ÁRBITRO ÚNICO:** significa o árbitro único a ser responsável pela condução e pelo julgamento da ARBITRAGEM expedita, nos termos do item 15.3.4(i).

**ARREDONDAMENTO ou ARREDONDADO:** significa o critério de arredondamento abaixo descrito:

- (a) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 (zero) a 4 (quatro), o algarismo a ser arredondado manterá seu valor;
- (b) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 (cinco) a 9 (nove), o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.

**CALORIA:** significa a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1g (um grama) de água pura dos 14,5 °C (quatorze vírgula cinco graus Celsius) até 15,5 °C (quinze vírgula cinco graus Celsius), à pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals). Uma CALORIA equivale a 4,1855 J (quatro vírgula um oito cinco cinco Joules). Uma quilocaloria (kcal) significa 1.000 (mil) CALORIAS.

**CÂMARA:** significa o Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem – CBMA, responsável pela condução da ARBITRAGEM, conforme previsto na CLÁUSULA QUINZE – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS.

**CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR:** significa qualquer evento ou combinação de eventos que se enquadrem nos conceitos de caso fortuito ou força maior contidos no Artigo 393 e em seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, incluindo mas não se limitando aos previstos neste TERMOS E CONDIÇÕES, observadas as condições e situações previstas na CLÁUSULA QUATORZE – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

**COMPRADORA:** significa a PARTE que está comprando e retirando o GÁS, conforme definido em cada NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA.

**CONDIÇÕES-BASE:** significam as condições de temperatura de 20 °C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals).

**CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA:** significam as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius), a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals) e o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS), em base seca, para o GÁS igual ao PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

**CONTRATOS DE TRANSPORTE:** significam os CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA e os CONTRATOS DE TRANSPORTE DE SAÍDA, considerados em conjunto.

**CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA:** significa cada contrato de prestação de serviço de transporte regulados pela ANP, no regime de entrada, celebrados pela VENDEDORA com a TRANSPORTADORA, necessários à injeção do GÁS objeto deste TERMOS E CONDIÇÕES no SISTEMA DE TRANSPORTE.

**CONTRATOS DE TRANSPORTE DE SAÍDA:** significam os contratos de prestação de serviço de transporte regulados pela ANP, no regime de saída, celebrados pela COMPRADORA com a TRANSPORTADORA, necessários à retirada do GÁS objeto deste TERMOS E CONDIÇÕES do SISTEMA DE TRANSPORTE.

**CONTROLE:** significa, com relação a qualquer uma das PARTES, a titularidade de direitos

de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; bem como a utilização efetiva de seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia. "CONTROLADA" e qualquer outro termo derivado deverá ter a mesma definição.

**CRIANÇA:** significa qualquer pessoa abaixo de 15 anos de idade ou da idade mínima legalmente prescrita para atividade laboral, ou da idade para conclusão da educação obrigatória, de acordo com as LEIS, o que for maior.

**DIA:** significa cada dia calendário do período de vigência do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, tendo início à 00:00h (zero hora) e término às 24:00h (vinte e quatro horas) do dia de que se trate, tendo como referência a hora oficial de Brasília/DF.

**DIA ÚTIL:** significa qualquer DIA em que os bancos sejam obrigados a operar simultaneamente na Cidade de Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro e na Cidade de Recife, no Estado de Pernambuco.

**DIREITOS HUMANOS:** significam todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, incluindo aqueles listados na Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), na Convenção Internacional de Direitos Civis e Políticos (1966) e na Convenção Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos (2011), a Declaração da Organização Mundial do Trabalho (OIT) sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e as Convenções fundamentais da OIT que tenham sido ratificadas pelo Brasil.

**DOCUMENTO DE COBRANÇA:** significa qualquer fatura, nota fiscal, duplicata, nota de débito, nota de crédito, boleto bancário, bem como qualquer outro título ou NOTIFICAÇÃO emitida por uma PARTE a outra PARTE para a cobrança de valor que deva ser pago, nos termos deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

**ENCARGOS MORATÓRIOS:** significam os encargos cobrados em razão de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, conforme definido no item 12.3.

**ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT):** significam todos e quaisquer custos relacionados com o transporte incorridos pela VENDEDORA, relacionados exclusivamente ao atendimento do presente TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, em qualquer periodicidade, em razão da celebração do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA, incluindo, mas não se limitando, o seguro demandado para a celebração do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA, o encargo de serviço de transporte, encargo de excedente autorizado, encargo de excedente não autorizado, encargo de gás para uso no sistema - GUS, encargo de custos fixos de compra e venda de gás, encargo de empacotamento, encargo de capacidade-congestionamento, penalidades de variação de programação diária e penalidade por desequilíbrio, estando claro que a COMPRADORA declara conhecer os termos e condições do contrato de transporte existente e/ou qualquer outro que venha a modificá-lo ou substituí-lo.

**ESCRAVIDÃO MODERNA:** significa o trabalho forçado, escravo ou compulsório, outras formas de escravidão ou tráfico de pessoas ou as PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL.

**EVENTO DE INADIMPLEMENTO:** significa a situação caracterizada pela ocorrência de qualquer das hipóteses definidas no item 13.1.

**FALHA DA VENDEDORA:** significa a situação caracterizada pela ocorrência, em determinado DIA, de qualquer das seguintes hipóteses:

- (a) ação ou omissão da VENDEDORA que ocasione a recusa de programação de GÁS pela TRANSPORTADORA, impossibilitando ou limitando a retirada de GÁS nos PONTOS DE SAÍDA; ou
- (b) envio, pela VENDEDORA, e consequente aceite e programação pela TRANSPORTADORA, de QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA inferior àquela definida como QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS), de acordo com CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO.

Excetua-se qualquer das seguintes hipóteses, em que não se configurará FALHA DA VENDEDORA:

- (i) ser o fato atribuído a CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;
- (ii) ter a COMPRADORA, suas AFILIADAS ou terceiro por ela contratado sido a parte determinante para tal ocorrência;
- (iii) ter a COMPRADORA deixado de fazer a nominação do GÁS para retirada no(s) PONTO(S) DE ENTREGA junto à TRANSPORTADORA, ou ter feito nominação do GÁS para retirada no PONTO VIRTUAL DE NEGOCIAÇÃO em desacordo com a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP);
- (iv) ser o evento decorrente de falhas e/ou descumprimento atribuídos à TRANSPORTADORA

**GÁS ou GÁS NATURAL:** significa o gás natural objeto do presente TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, composto pela mistura de hidrocarbonetos constituída essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos e gases não combustíveis, que se extrai de reservatórios naturais e que se encontra no estado gasoso quando nas CONDIÇÕES-BASE.

**GRUPO:** tem o significado a ele atribuído no item 20.

**LEI ou LEGISLAÇÃO:** significa (i) qualquer espécie de ato normativo (como, por exemplo, lei, decreto, resolução, portaria, regulação), federal, estadual ou municipal, vigente, ou que venha a vigor, que afete diretamente o cumprimento, por qualquer uma das PARTES, das disposições previstas neste TERMOS E CONDIÇÕES, incluindo, por exemplo, qualquer lei, decreto, resolução, portaria, regulação estadual, inclusive emitido pela agência reguladora estadual a que a COMPRADORA está submetida; (ii) decisão judicial ou arbitral aplicável às PARTES ou que tenha efeito erga omnes; e (iii) ato ou decisão administrativa ou outras exigências ou restrições emanadas de qualquer autoridade governamental, que afetem diretamente o cumprimento, por qualquer uma das PARTES, das disposições previstas neste TERMOS E CONDIÇÕES.

**LEIS ANTICORRUPÇÃO:** significam quaisquer LEIS anticorrupção aplicáveis às Partes e a este TERMOS E CONDIÇÕES, incluindo, mas não limitado à Lei nº 12.846/13, o Código Penal Brasileiro, o Foreign Corrupt Practices Act de 1977 – FCPA e o UK Bribery Act de 2010.

**LEIS DE CONTROLE DE EXPORTAÇÃO:** significa quaisquer Leis, ordens, diretivas, licenças ou medidas restritivas relativas a controle de importações e exportações, e anti-boicote impostas pela República Federativa do Brasil, pelos Estados Unidos da América, pela União Europeia ou qualquer país com jurisdição sobre as atividades previstas neste TERMOS E CONDIÇÕES.

**LEGISLAÇÃO CONCORRENCIAL:** significa quaisquer Leis concorrenciais aplicáveis às PARTES e a este TERMOS E CONDIÇÕES, incluindo, mas não se limitando à Lei 12.529/2011 (Lei do Cade).

**LISTA DE SANÇÕES:** significa qualquer lista de indivíduos, grupos, sociedades, embarcações, aeronaves, organizações ou outras entidades adotadas, mantidas ou aplicadas sob quaisquer Sanções ou Leis de Controle de Exportação (incluindo, sem limitação, a Lista de Nacionais Especialmente Designados dos Estados Unidos da América e Pessoas Bloqueadas, Pessoas Negadas, Não Verificadas e Listas de Entidades, a lista consolidada da União Europeia de partes restritas, lista de metas de sanções financeiras do Reino Unido e qualquer lista de partes designadas sob resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas).

**MÊS:** significa cada mês calendário de vigência do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, tendo início às 00:00h (zero hora) do primeiro DIA de cada mês e terminando às 24:00h (vinte e quatro horas) do último DIA de tal mês, exceto com relação ao primeiro mês do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, que se iniciará no primeiro DIA de sua vigência e terminará no último DIA de tal mês, e o último mês do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, que se iniciará no primeiro DIA de tal mês e se encerrará no último DIA de vigência do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS. “MENSALMENTE” será interpretado de modo correspondente.

**METRO CÚBICO (m³):** significa o volume de GÁS que, nas CONDIÇÕES-BASE, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.

**NOTIFICAÇÃO:** significa qualquer comunicação entre as PARTES, nos termos da CLÁUSULA DEZESSETE – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO.

**NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA:** É o instrumento entre as PARTES que define as condições complementares a este TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, e que, em conjunto com o presente TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, estabelece compromisso vinculante entre as PARTES, conforme estabelecido no item 4.1. O modelo da NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA está descrito no ANEXO I.

**OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA ou OPERAÇÃO:** significa cada negociação feita entre as PARTES, envolvendo compra e venda de GÁS com base neste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, que seja formalizada nos termos da CLÁUSULA QUARTA – NOTIFICAÇÕES DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA.

**PARADAS:** significa o período de tempo em que ocorra restrição, total ou parcial, no fornecimento ou recebimento de GÁS.

**PARCELA DE MOLÉCULA (PM):** significa a parcela referente à molécula contida no PREÇO DO GÁS (PG).

**PARCELA DE TRANSPORTE (PT):** significa a parcela referente ao transporte da molécula contida no PREÇO DO GÁS (PG).

**PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB):** significa tarifa de transporte básica, expressa em R\$/m<sup>3</sup> nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.

**PARTE AFETADA:** significa a PARTE que invocar a ocorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

**PERÍODO DE FORNECIMENTO:** significa o período definido na NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA, compreendido entre o início e o término dos DIAS estabelecidos para o fornecimento de GÁS.

**PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR):** significa o PCS de 9.400 kcal/m<sup>3</sup> (nove mil e quatrocentas quilocalorias por METRO CÚBICO de GÁS);

**PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS):** significa a quantidade de energia liberada na forma de calor, na combustão completa de uma quantidade definida de gás com ar, à pressão constante e com todos os produtos de combustão retornando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. A determinação do PCS se fará com base no método ISO 6976:2016, ou suas revisões posteriores, em base seca, com ARREDONDAMENTO até o primeiro algarismo inteiro. Sua unidade de medida será kcal/m<sup>3</sup> (QUILOCALORIA POR METRO CÚBICO). Para conversão de unidades, será considerado 1 caloria igual a 4,1855 Joules. Sua unidade de medida será kcal/m<sup>3</sup> (QUILOCALORIA por METRO CÚBICO). No âmbito do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, a determinação do PCS será efetuada no PONTO DE ENTREGA.

**PONTO DE ENTRADA:** significa o local físico no SISTEMA DE TRANSPORTE onde a custódia do GÁS é transferida pela VENDEDORA (ou por terceiro por esta indicado) à TRANSPORTADORA.

**PONTO DE ENTREGA:** significa localidade, que pode ser física ou em um PONTO VIRTUAL DE NEGOCIAÇÃO, onde se considera ocorrida a transferência de propriedade do GÁS da VENDEDORA para a COMPRADORA, nas condições estabelecidas neste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS e nas NOTIFICAÇÕES DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA.

**PONTO DE SAÍDA:** significa o local físico no SISTEMA DE TRANSPORTE onde o GÁS é colocado pela TRANSPORTADORA à disposição para recebimento da COMPRADORA.

**PONTO VIRTUAL DE NEGOCIAÇÃO:** significa o ponto sem uma localização física em uma área de mercado de capacidade, que permite aos carregadores realizar operações, nos termos da LEI aplicável.

**PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL:** significa todas as formas de escravidão, servidão por dívida, tráfico ou trabalho forçado, ou recrutamento ou uso de CRIANÇAS para (i) exploração sexual (incluindo prostituição ou produção de pornografia); (ii) fins de segurança ou militares; (iii) tráfico de drogas ou outras atividades ilícitas; ou (iv) qualquer

outra forma de trabalho que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que é realizado, seja suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das CRIANÇAS.

**PREÇO DO GÁS (PG):** significa o preço do GÁS, em R\$/m<sup>3</sup> (reais por METRO CÚBICO), calculado e reajustado conforme CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS.

**QUALIDADE DO GÁS:** significa o conjunto de parâmetros referentes à composição e às propriedades físico-químicas do GÁS especificados pela Resolução ANP nº 16 de 17/06/2008, ou outra que venha a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente.

**QUANTIDADE DE GÁS:** significa um volume de GÁS, expresso em METROS CÚBICOS nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.

**QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA (QDA):** significa a QUANTIDADE DE GÁS em base diária que, para fins deste TERMOS E CONDIÇÕES, corresponderá à QUANTIDADE DE GÁS que tenha sido efetivamente programada pela TRANSPORTADORA, no âmbito dos CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA e CONTRATOS DE TRANSPORTE DE SAÍDA, como resultado da nomeação, perante a TRANSPORTADORA, da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) deste TERMOS E CONDIÇÕES.

**QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC):** significa a QUANTIDADE DE GÁS em base diária prevista na CLÁUSULA QUARTA – , que é objeto dos compromissos de entrega e recebimento estabelecidos neste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, conforme vier a ser estabelecido na NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA.

**QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN):** significa, em um determinado DIA, a QUANTIDADE DE GÁS que as PARTES solicitam que a TRANSPORTADORA programe no PONTO VIRTUAL DE NEGOCIAÇÃO.

**QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA COMPRADORA (QDNC):** significa, em um determinado dia, a QUANTIDADE DE GÁS que a COMPRADORA solicita que a TRANSPORTADORA programe no PONTO VIRTUAL DE NEGOCIAÇÃO e que deverá ser igual à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA pelas PARTES.

**QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA VENDEDORA (QDNV):** significa, em um determinado dia, a QUANTIDADE DE GÁS que a VENDEDORA solicita que a TRANSPORTADORA programe no PONTO VIRTUAL DE NEGOCIAÇÃO e que deverá ser igual à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA pelas PARTES.

**QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP):** significa a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA na forma da CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO.

**QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS):** significa a QUANTIDADE DE GÁS solicitada pela COMPRADORA à VENDEDORA, em determinado DIA, conforme CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO.

**QUANTIDADE FALTANTE (QF):** significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada na forma do item 6.3.

**QUANTIDADE DIÁRIA MEDIDA NO PONTO DE SAÍDA (QDMPS):** QUANTIDADE DIÁRIA MEDIDA DE GÁS no PONTO DE SAÍDA em determinado DIA, conforme apurada pelo

**SISTEMA DE MEDIÇÃO DE GÁS NATURAL**, nos termos dos CONTRATOS DE TRANSPORTE.

**QUANTIDADE NOMINADA MAS NÃO PROGRAMADA PELA TRANSPORTADORA (QNPT)**: significa a QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA mas não efetivamente programada pela TRANSPORTADORA, seja por falha da COMPRADORA ou da VENDEDORA por questões atribuíveis de uma das PARTES.

**QUANTIDADE NOMINADA MAS NÃO PROGRAMADA POR FALHA DA COMPRADORA (QNPTC)**: significa a QUANTIDADE DE GÁS nominada pela COMPRADORA mas não efetivamente programada pela TRANSPORTADORA no PONTO VIRTUAL DE NEGOCIAÇÃO por questões atribuíveis à COMPRADORA.

**QUANTIDADE NOMINADA MAS NÃO PROGRAMADA POR FALHA DA VENDEDORA (QNPTV)**: significa a QUANTIDADE DE GÁS nominada pela COMPRADORA mas não efetivamente programada pela TRANSPORTADORA no PONTO VIRTUAL DE NEGOCIAÇÃO questões atribuíveis à VENDEDORA.

**QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA)**: significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada a cada DIA na forma do item 7.3, diretamente relacionada ao descumprimento do compromisso de retirada da COMPRADORA prevista no item 7.1.

**REPRESENTANTES**: significa quaisquer diretores, conselheiros, administradores, empregados, contratados, subcontratados, prepostos a qualquer título, auditores, advogados, consultores, comitentes ou AFILIADA, ou, ainda, qualquer pessoa física ou jurídica atuando a serviço, no interesse ou em benefício da referida PARTE ou de suas AFILIADAS para fins deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

**SANÇÕES**: significa qualquer LEI, ordem, diretiva, licença, decisão ou medida restritiva adotada, mantida ou implementada pela República Federativa do Brasil, pelas Nações Unidas, pela União Europeia, pelo Reino Unido, pelo Reino da Noruega e pelos Estados Unidos da América que intencionem a proibir ou restringir negócios com certos países, territórios, governos, indivíduos, grupos, sociedades empresárias, navios, aeronaves, organizações ou outras entidades.

**SENTENÇA ARBITRAL**: significa o pronunciamento definitivo a ser emitido pelo ÁRBITRO ÚNICO ou TRIBUNAL ARBITRAL, conforme o caso, às PARTES em procedimentos de ARBITRAGEM.

**SISTEMA DE MEDIÇÃO**: significa o conjunto dos elementos primários e secundários de medição de vazão, calibração, cromatografia, temperatura e pressão e, caso existam, conversores, transmissores, computadores de vazão, integradores e registradores, localizado no PONTO DE ENTREGA.

**SISTEMA DE TRANSPORTE**: significa o sistema formado por gasodutos de transporte interconectados e por outras instalações necessárias à manutenção de sua estabilidade, confiabilidade e segurança, nos termos da regulação da ANP.

**TRANSPORTADOR**: significa empresa ou consórcio de empresas autorizados a exercer a atividade de transporte do GÁS NATURAL.

**TRIBUNAL ARBITRAL:** significa o tribunal constituído para solução de controvérsias conforme definido no item 15.3.4(ii).

**VENDEDORA:** significa a PARTE que está vendendo e entregando o GÁS, conforme definido em cada NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA.

## **2 CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO**

2.1. O objeto deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS é o estabelecimento das condições gerais para a venda e entrega, por parte da VENDEDORA, e a compra e recebimento, por parte da COMPRADORA, de GÁS NATURAL em bases flexíveis, segundo as condições estipuladas nesse TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, e mediante o pagamento do PREÇO DO GÁS, nos termos estabelecidos nas NOTIFICAÇÕES DE COMPRA E VENDA para cada OPERAÇÃO entre as PARTES, conforme CLÁUSULA QUARTA – NOTIFICAÇÕES DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA e o Anexo I.

2.1.1. A compra e venda de GÁS NATURAL referente a cada OPERAÇÃO torna-se vinculante às PARTES a partir da assinatura da NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA, onde são definidas condições comerciais essenciais à comercialização do GÁS NATURAL, na forma prevista na CLÁUSULA QUARTA – NOTIFICAÇÕES DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

2.1.2. Em havendo sobreposições ou disposições conflitantes entre a NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA e o TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, prevalecerá, em qualquer hipótese, o que estiver disposto na NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA.

2.1.3. As PARTES poderão firmar diversas NOTIFICAÇÕES DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA ao longo da vigência do presente TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

2.1.4. A VENDEDORA deseja vender e disponibilizar GÁS NATURAL à COMPRADORA contratando apenas a entrada no SISTEMA DE TRANSPORTE, e a COMPRADORA deseja comprar o referido GÁS na MODALIDADE FIRME FLEXÍVEL, contratando a saída no SISTEMA DE TRANSPORTE, nos termos e condições aqui estabelecidos.

2.1.5. A COMPRADORA deterá, previamente à data de INÍCIO DE FORNECIMENTO, todos os instrumentos exigidos pela legislação para a aquisição do GÁS NATURAL da VENDEDORA no PONTO DE ENTREGA, em especial o respectivo contrato do serviço de transporte relativo às saídas do SISTEMA DE TRANSPORTE que atendem à COMPRADORA, de modo que a movimentação de GÁS NATURAL até as instalações da COMPRADORA cumpra todo o regramento aplicável ao caso concreto.

2.1.6. A VENDEDORA não possui qualquer ingerência ou atribuição relacionada à movimentação ou entrega do GÁS NATURAL a jusante dos PONTOS DE ENTREGA, de modo que a presente relação contratual se extingue nos PONTOS DE ENTREGA, cabendo à COMPRADORA a integral responsabilidade, inclusive perante os entes reguladores, pela celebração dos instrumentos jurídicos pertinentes para o transporte e movimentação do GÁS NATURAL a partir dos PONTOS DE ENTREGA até as suas instalações.

2.2 Este TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS e cada NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA que venha a ser firmada pelas PARTES serão considerados como um único instrumento contratual, sendo cada uma delas considerada parte integrante e inseparável da outra.

### **3 CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA**

3.1. O TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS entrará em vigor e iniciará sua eficácia na data de sua assinatura e terá duração até 31/12/2029, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as PARTES e celebração de termo aditivo.

3.2. O presente TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS extinguir-se-á automaticamente após o término do prazo de vigência estabelecido no Item 3.1, sem a necessidade de qualquer NOTIFICAÇÃO por qualquer das PARTES.

3.2.1. O término da vigência do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS nos termos do Item 3.2 acima não afetará quaisquer direitos ou obrigações das PARTES que sejam anteriores a tal evento, ainda que seu exercício ou cumprimento se dê após o término do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS. Para que não restem dúvidas, caso alguma OPERAÇÃO esteja vigente à época do término deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS nos termos do Item 3.2 acima, o mesmo permanecerá integralmente válido e aplicável na medida do estritamente necessário para a realização de tal OPERAÇÃO até que a mesma termine, não podendo, no entanto, a partir do DIA de término referido no Item 3.1, haver a emissão de novas NOTIFICAÇÕES DE CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO, nem o início de novas OPERAÇÕES e nem a prorrogação de OPERAÇÕES em vigor à época do término.

3.3. Sem prejuízo do disposto no Item 3.1, permanecerão válidas as regras referentes a tributação, as previstas na CLÁUSULA QUINZE – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS, na CLÁUSULA DEZOITO – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE, na CLÁUSULA VINTE – CONDUTA DAS PARTES, na CLÁUSULA DEZESSETE – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO e no Item 21.7 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como as que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução destes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

### **4 CLÁUSULA QUARTA – NOTIFICAÇÕES DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA**

4.1. Todas as condições acordadas pelas PARTES nas OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA, incluindo, mas não se limitando, àquelas referentes ao PERÍODO DE FORNECIMENTO, à QDC, ao(s) PONTO(S) DE ENTREGA e ao(s) PREÇO(S) DE GÁS de cada OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA serão estabelecidas e constarão nas respectivas NOTIFICAÇÕES DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA, conforme modelo previsto no Anexo I.

4.2. As PARTES estarão vinculadas à NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA, onde estarão definidas as condições comerciais acordadas entre as PARTES, a partir de sua assinatura por ambas as PARTES, que poderá ocorrer de forma manual, eletrônica ou digital.

4.3. Uma vez que as PARTES alcancem um acordo sobre todas as condições comerciais da OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA, elas celebrarão a NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO

DE COMPRA E VENDA, na forma do Item 4.2 acima, que formalizará a vigência, validade e exigibilidade dos compromissos estabelecidos neste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS e na respectiva NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA.

4.4. A NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA será reconhecida pelas PARTES como título executivo extrajudicial, para fins do Artigo 784, III, da Lei nº 13.105/2015.

## **5 CLÁUSULA QUINTA – QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA E PREÇO DO GÁS**

5.1. O PREÇO DO GÁS (PG) aplicável a cada OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA será definido na sua respectiva NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA.

5.2. O PREÇO DO GÁS (PG), retirado até o limite da QDC, válido para a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, no PONTO DE ENTREGA e nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, será constituído pela soma da PARCELA DE TRANSPORTE (PT) com a PARCELA DE MOLÉCULA (PM) e será calculado em cada notificação, conforme fórmula abaixo:

$$PG = PT + PM$$

Onde:

|    |  |
|----|--|
| PG | é o PREÇO DO GÁS (PG), expresso em R\$/m <sup>3</sup> com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.   |
| PT | é a PARCELA DE TRANSPORTE (PT), expressa em R\$/m <sup>3</sup> , composta pelo ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT) e pela PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB), com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal. |
| PM | é a PARCELA DE MOLÉCULA (PM), expressa em R\$/m <sup>3</sup> , com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.  |

5.3. O PREÇO DO GÁS (PG) não inclui quaisquer tributos, devidos em decorrência direta do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS ou de sua execução, os quais serão acrescidos no valor total por ocasião do faturamento.

5.4. As PARTES reconhecem que a PARCELA DE TRANSPORTE corresponde a um repasse dos valores pagos referentes aos serviços de transporte pela VENDEDORA ao TRANSPORTADOR que opera o SISTEMA DE TRANSPORTE dutoviário de GÁS, contratado pela VENDEDORA para atendimento deste TERMOS E CONDIÇÕES. Neste sentido, a VENDEDORA irá cobrar da COMPRADORA, e a COMPRADORA pagará à VENDEDORA, todos os custos e valores cobrados no âmbito dos CONTRATOS DE TRANSPORTE celebrados pela VENDEDORA para atendimento a este TERMOS E CONDIÇÕES na medida em que receber tais informações do TRANSPORTADOR.

5.4.1. A PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB), expressa em R\$/m<sup>3</sup>, relativa à QDR,

referente à contratação de entrada pela VENDEDORA, até o final da vigência do contrato, junto ao TRANSPORTADOR, definidos neste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, conforme aplicável, será repassada para a COMPRADORA no valor da tarifa definida de acordo com a regulação da ANP aplicável e resultado da chamada pública ou contrato extraordinário, sendo composta das diferentes tarifas e encargos individuais que compõem a tarifa total.

5.5. A COMPRADORA obriga-se a pagar à VENDEDORA, como a componente de ENCARGO ADICIONAL DE TRANSPORTE (EAT) da PARCELA DE TRANSPORTE, todos os custos e despesas (incluindo encargos e penalidades) incorridos pela VENDEDORA referentes à COMPRADORA na contratação da capacidade de transporte de entrada e/ou saída para atendimento do TERMOS E CONDIÇÕES, incluindo, dentre outros que possam ser aplicáveis sob o CONTRATO DE TRANSPORTE, os seguintes valores: (i) encargo de serviço excedente autorizado; (ii) encargo de serviço excedente não autorizado; (iii) encargo de capacidade de transporte não utilizada; (iv) encargo de GUS; (v) encargos de custos fixos de compra e venda; (vi) encargo de congestionamento; (vii) custo de aquisição de gás para fins de balanceamento; (viii) penalidades de variação de programação diária imputáveis a COMPRADORA; (ix) penalidade por desequilíbrio, (x) penalidade por quantidades excedentes não autorizadas;

5.5.1. Não obstante o disposto na Cláusula 5.5 acima, as PARTES acordam que os itens (vii), (viii) e (x) serão apurados e cobrados pela VENDEDORA seguindo as seguintes metodologias:

- a) Com relação ao item (vii), caso a VENDEDORA incorra em custo de aquisição de gás para fins de balanceamento, o mesmo será repassado à COMPRADORA no mesmo valor cobrado pelo TRANSPORTADOR da VENDEDORA nos termos dos CONTRATOS DE TRANSPORTE.
- b) Com relação aos itens (viii) e (x), para apuração da penalidade por quantidades excedentes não autorizadas, será utilizada a mesma métrica adotada pelo TRANSPORTADOR, com apuração diária.

5.5.2. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.5, as PARTES acordam que qualquer alteração nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, celebrados para atendimento deste TERMOS E CONDIÇÕES, que impactem a PARCELA DE TRANSPORTE, deverão ser imediata e automaticamente aplicadas a este TERMOS E CONDIÇÕES, bastando, para tanto, que a VENDEDORA apresente à COMPRADORA a nova versão dos respectivos CONTRATOS DE TRANSPORTE ou outro documento disponibilizado pelo TRANSPORTADOR para este fim. Não obstante os efeitos imediatos de eventual alteração nos CONTRATOS DE TRANSPORTE a este TERMOS E CONDIÇÕES, as PARTES acordam que celebrarão aditivo a este TERMOS E CONDIÇÕES para refletir tais alterações e formalizar tais mudanças com efeitos retroativos à data em que tais mudanças se tornaram efetivas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE.

5.5.3. A PARCELA DE TRANSPORTE será formalizada para fins deste TERMOS E CONDIÇÕES a partir de NOTIFICAÇÃO enviada pela VENDEDORA à COMPRADORA, indicando a capacidade contratada, o valor resultante de PARCELA DE TRANSPORTE (PT) e suas componentes, bem como sua mecânica de reajuste. Eventuais cobranças referentes à EAT poderão ser feitas, na medida em que forem recebidas do TRANSPORTADOR, por

meio de emissão pela VENDEDORA de DOCUMENTO DE COBRANÇA complementar, na forma do item 12.2.11

5.5.4. As PARTES concordam que qualquer mudança no valor de tarifa e encargos de transporte de gás natural, incluindo na PARCELA DE TRANSPORTE BÁSICA (PTB) ou nos ENCARGOS ADICIONAIS DE TRANSPORTE (EAT), a tal TRANSPORTADOR no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE celebrado pela VENDEDORA deverá ser refletida no presente TERMOS E CONDIÇÕES, notadamente no item 5.1.

5.5.4.1. A COMPRADORA concorda que, caso o TRANSPORTADOR restrinja e/ou interrompa o fluxo de GÁS em qualquer local da rede de transporte, incluindo os pontos de entrada e saída, conforme lhe é assegurado no CONTRATO DE TRANSPORTE, e desde que a restrição e/ou interrupção não seja causada por fato imputável à VENDEDORA, tal evento não será considerado como FALHA DA VENDEDORA.

5.5.5. A COMPRADORA deverá cooperar com a VENDEDORA para a comprovação da responsabilidade perante outro carregador ou o TRANSPORTADOR, incluindo disponibilizando declaração de programação de volume transportado.

5.6. Para o cálculo dos PREÇOS DO GÁS (PG), em R\$/m<sup>3</sup> (Reais por METRO CÚBICO), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, conforme apresentados nesta cláusula, todos os preços e índices serão calculados com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais.

5.7. Fica acordado entre as PARTES que o reajuste da PARCELA DA MOLÉCULA (PM), a qual está contida no PREÇO DO GÁS (PG), será realizado conforme definido na NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO.

## **6 CLÁUSULA SEXTA – COMPROMISSO DA VENDEDORA**

### **6.1. Compromisso da VENDEDORA.**

Durante toda a vigência do TERMOS E CONDIÇÕES, a VENDEDORA se compromete a (i) aceitar automaticamente, em cada DIA, a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) como QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) até o limite dado pela QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA FIRME (QDC); e (ii) nominar junto à TRANSPORTADORA a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) como QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA DA VENDEDORA (QDN<sub>v</sub>); e (iii) honrar suas obrigações do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA para viabilizar a programação no PONTO DE ENTREGA da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) pela COMPRADORA no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA.

### **6.2. Penalidade por FALHA DA VENDEDORA.**

6.2.1. No caso de FALHA DA VENDEDORA em determinado DIA, a VENDEDORA pagará à COMPRADORA uma penalidade diária calculada de acordo com a seguinte fórmula, independentemente de efetiva ocorrência e comprovação de perdas e danos:

$$PPF = 0.30 \times PG \times QF, \text{ onde:}$$

|      |  |
|------|--|
| PFP: | é o valor da penalidade diária por FALHA DA VENDEDORA no DIA em questão devida pela VENDEDORA; |
| QF:  | é a soma das QUANTIDADES FALTANTES no DIA em questão; e  |
| PG:  | é o PREÇO DO GÁS vigente no MÊS em que tenha ocorrido a FALHA DA VENDEDORA.                    |

6.2.2. A penalidade estabelecida no item 6.2.1 é a única indenização aplicável à VENDEDORA neste TERMOS E CONDIÇÕES por força de FALHA DA VENDEDORA. Nenhuma outra indenização será devida pela VENDEDORA, mesmo que as perdas e danos incorridos pela COMPRADORA tenham sido superiores ao valor ali estabelecido.

### 6.3. QUANTIDADE FALTANTE.

Caso em determinado DIA ocorra uma FALHA DA VENDEDORA, a QUANTIDADE FALTANTE (QF) será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QF = QDP - QDA - QNPTC - QFNC - QNFM$$

Onde:

|       |   |
|-------|---|
| QF    | é a QUANTIDADE FALTANTE de GÁS no DIA em questão.   |
| QDP   | é a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA de GÁS no DIA em questão.  |
| QDA   | é a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA (QDA) no DIA em questão   |
| QNPTC | é a QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA MAS NÃO PROGRAMADA pelo TRANSPORTADOR por motivos imputados à COMPRADORA no DIA em questão   |
| QFNC  | é a QUANTIDADE DIÁRIA DE FALHA DE NOMINAÇÃO DA COMPRADORA conforme item 8.2.1.  |
| QNFM  | é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no DIA do MÊS em questão. Este redutor será igual a zero nesta fórmula caso o mesmo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR já tenha sido considerado na programação, conforme item 8.2 do TERMOS E CONDIÇÕES. |

## **7 CLÁUSULA SÉTIMA – COMPROMISSO DE RECEBIMENTO DA COMPRADORA**

7.1 Em cada PERÍODO DE FORNECIMENTO, ressalvadas as situações de FALHA DA VENDEDORA, CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR de qualquer PARTE bem como em decorrência dos casos de restrição de fluxo de GÁS pelo TRANSPORTADOR nos termos do CONTRATO DE TRANSPORTE, conforme Item 5.5.4, e que não sejam causados por fato imputável à COMPRADORA, a COMPRADORA se obriga, a cada DIA, a adquirir e programar perante a TRANSPORTADORA e, mesmo que não o faça, pagar à VENDEDORA, uma quantidade de GÁS igual a um percentual da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) a ser definido na respectiva NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA.

7.2 A COMPRADORA se obriga a efetuar junto à TRANSPORTADORA a nominação de QUANTIDADE DE GÁS para retirada no(s) PONTOS DE ENTREGA equivalente à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) e a honrar suas obrigações do CONTRATO DE TRANSPORTE para viabilizar a programação do PONTO DE ENTREGA da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) pela VENDEDORA no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE.

### 7.3 QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA) no DIA – Apuração

Para fins de verificação do cumprimento do compromisso de retirada previsto no item 7.1 acima, a eventual QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA) pela COMPRADORA no correspondente DIA será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$QNA = (X \times QDC) - (QF + QNFM) - QDA_j, \text{ onde:}$$

|       |   |
|-------|---|
| QNA:  | é a QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA) no correspondente DIA, para fins de pagamento pela COMPRADORA, sendo igual a zero caso o resultado da fórmula seja negativo;   |
| X:    | Significa o percentual aplicável ao compromisso de retirada da COMPRADORA definido na NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA necessariamente igual ao “X” % definido na penalidade de falha da VENDEDORA |
| QDCj: | é a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) no respectivo DIA;   |
| j:    | é um determinado DIA do correspondente MÊS;   |
| QF:   | é a QUANTIDADE FALTANTE de GÁS no DIA em questão, conforme Cláusula 6.3   |
| QNFM: | é a QUANTIDADE DE GÁS não programada ou não disponibilizada perante a TRANSPORTADORA em função de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no respectivo DIA;   |
| QDA:  | é a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA (QDA) no DIA “j”;   |

7.3.1 Caso em determinado MÊS seja identificada a existência de QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA), na forma deste item, a COMPRADORA deverá pagar os montantes previstos no item 12.1.1.

## **8 CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO**

8.1. As PARTES acordam que caso não haja solicitação de Quantidade Diária Solicitada (QDS) em contrário, a QDP aplicável a cada DIA de um PERÍODO DE FORNECIMENTO será igual à QDC vigente.

8.2. A COMPRADORA poderá alterar a QDP até às 12:00 h do DIA do fornecimento de GÁS, desde que a QUANTIDADE DIÁRIAS SOLICITADA (QDS) para o determinado DIA: (i)

não seja superior à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC), com exceção da hipótese prevista no item 8.2.1; e (ii) deverá considerar a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

8.2.1. A qualquer momento a COMPRADORA pode solicitar e a VENDEDORA poderá, a seu exclusivo critério, aceitar ou não, QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) superiores à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC).

8.2.2. A COMPRADORA deverá nominar a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) acordada com a VENDEDORA. Caso a QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDNC) seja menor que a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA, se caracterizará falha de programação da COMPRADORA.

QFNC= QDP-QDNC, onde:

|      |  |
|------|--|
| QFNC | é a QUANTIDADE DIÁRIA DE FALHA DE NOMINAÇÃO da COMPRADORA. |
| QDP  | é a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) no DIA em questão.  |
| QDNC | é a QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA pela COMPRADORA             |

8.3 A VENDEDORA, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA às 17:00 h do DIA do fornecimento de GÁS, deverá (i) aceitar, como QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP), as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS), que se enquadrem nos requisitos previstos no item 8.2; ou (ii) estabelecer QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) compatíveis com a disponibilidade de GÁS, sem prejuízo de eventual caracterização de FALHA DA VENDEDORA.

8.4 Caso a VENDEDORA não se pronuncie nos prazos do item 8.2, consideram-se aceitas e confirmadas as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) ou as alterações da QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) do correspondente DIA até o limite da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC).

8.5 A VENDEDORA se compromete a nominar perante a TRANSPORTADORA, a cada DIA, uma QUANTIDADE DE GÁS igual à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o correspondente DIA.

8.6 Excepcionalmente, ocorrendo problemas operacionais que restrinjam a nominação perante a TRANSPORTADORA da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), em determinado DIA, a VENDEDORA enviará NOTIFICAÇÃO comunicando o fato à COMPRADORA, sem que tal NOTIFICAÇÃO descaracterize eventual FALHA DA VENDEDORA, se os requisitos que a caracterizam forem preenchidos.

8.7 As PARTES poderão estabelecer em cada NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA regras de programação diferentes daquelas previstas nesta CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO.

8.8 A VENDEDORA poderá repassar à COMPRADORA eventuais penalidades aplicadas pela TRANSPORTADORA à VENDEDORA no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE decorrentes de desvio de programação por parte da COMPRADORA.

## **9 CLÁUSULA NONA – PONTOS DE ENTREGA**

9.1. O PONTO DE ENTREGA será definido na NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA conforme modelo previsto no Anexo I deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

9.2. Fica estabelecido que a medição será realizada no SISTEMA DE MEDIÇÃO de propriedade do TRANSPORTADOR, no PONTO DE ENTREGA definido na NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA.

9.3. A transferência de propriedade do GÁS da VENDEDORA à COMPRADORA ocorrerá no flange imediatamente a jusante do SISTEMA DE MEDIÇÃO do respectivo PONTO DE ENTREGA definido na NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA conforme modelo previsto no Anexo I deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, sendo certo que a QUANTIDADE DE GÁS objeto da transferência de propriedade será sempre a QDA.

9.4. Todos os riscos e perdas de GÁS (i) a montante do PONTO DE ENTREGA definido na NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA, serão de responsabilidade da VENDEDORA, e (ii) a jusante do PONTO DE ENTREGA definido na NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA, serão de responsabilidade da COMPRADORA.

## **10 CLÁUSULA DEZ – MEDIÇÃO E ALOCAÇÃO**

### **10.1. Disposições Gerais**

10.1.1. As PARTES reconhecem que as regras gerais, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis ao SISTEMA DE MEDIÇÃO do GÁS estão estabelecidas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo, para todos os efeitos, prevalecer em relação a quaisquer regras gerais, limites, periodicidades e condições específicas estabelecidas neste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS. Portanto, independente de quaisquer obrigações assumidas pelas PARTES no presente TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade do TRANSPORTADOR nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, as PARTES concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos nos CONTRATOS DE TRANSPORTE.

10.1.2. Nos casos em que o PONTO DE ENTREGA ocorrer no PONTO VIRTUAL DE NEGOCIAÇÃO a medição do GÁS para determinação do faturamento da PARCELA DA MOLÉCULA (PM) será exatamente a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA (QDA). O faturamento da PARCELA DE TRANSPORTE (PT) será calculado com base na QUANTIDADE DIÁRIA MEDIDA NO PONTO DE SAÍDA (QDMPS).

## **11 CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS**

11.1. O GÁS a ser entregue pela VENDEDORA nas malhas de transporte e o GÁS retirado pela COMPRADORA, nos respectivos PONTOS DE ENTREGA, deverão apresentar

características de qualidade que atendam no mínimo, às especificações do Regulamento Técnico ANP N° 002/2008, anexo à Resolução ANP N° 16, de 17/06/2008, ou as que venham a substituí-las em razão de disposição normativa superveniente.

11.2. A determinação das características do GÁS entregue nos PONTOS DE ENTREGA será de responsabilidade do TRANSPORTADOR.

## **12 CLÁUSULA DOZE – FATURAMENTO**

12.1. Pelo fornecimento de GÁS pela VENDEDORA à COMPRADORA em um dado PERÍODO DE FORNECIMENTO ou MÊS, conforme o caso, o valor do faturamento será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$F = \sum_{i=1}^n QDA_i \times PM + QDMPS_i \times PT, \text{ onde:}$$

|         |  |
|---------|--|
| F       | é o valor do faturamento, a ser pago pela COMPRADORA, na forma prevista neste TERMOS E CONDIÇÕES, expresso em R\$.   |
| $QDA_i$ | é a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA (QDA) no DIA “i”.  |
| QDMPS   | é a QUANTIDADE DIÁRIA MEDIDA DE GÁS no PONTO DE SAÍDA em determinado DIA, conforme apurada pelo SISTEMA DE MEDIÇÃO DE GÁS NATURAL, nos termos dos CONTRATOS DE TRANSPORTE.           |
| PM      | é o PREÇO DA MOLÉCULA vigente no último dia do respectivo MÊS ou PERÍODO DE FORNECIMENTO, expresso em R\$/m <sup>3</sup> com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal conforme o caso.  |
| PT      | é o PREÇO DO TRANSPORTE vigente no último dia do respectivo MÊS ou PERÍODO DE FORNECIMENTO, expresso em R\$/m <sup>3</sup> com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal conforme o caso |
| N       | corresponde ao total DIAS do respectivo MÊS ou PERÍODO DE FORNECIMENTO, conforme o caso.   |
| i       | significa cada DIA do respectivo MÊS ou PERÍODO DE FORNECIMENTO, conforme o caso.  |

12.1.1. O valor a ser pago pela COMPRADORA à VENDEDORA caso seja apurada QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA) em determinado DIA, na forma do item 7.3, será o produto da QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA) pelo PREÇO DO GÁS vigente no último DIA do respectivo MÊS ou PERÍODO DE FORNECIMENTO, conforme o caso, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FAT_{RMM} = \sum_{i=1}^n QNA_i \times PG ; \text{ onde:}$$

|             |   |
|-------------|---|
| $FAT_{RMM}$ | é o valor a ser pago pela COMPRADORA à VENDEDORA caso sejam apuradas QUANTIDADES NÃO ALOCADAS em determinado MÊS ou PERÍODO DE FORNECIMENTO, conforme item 7.3. |
| $QNA_i$     | é a QUANTIDADE NÃO ALOCADA (QNA) no DIA “i”.  |

|    |  |
|----|--|
| PG | é o PREÇO DO GÁS vigente no último dia do respectivo MÊS ou PERÍODO DE FORNECIMENTO, expresso em R\$/m <sup>3</sup> com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal conforme o caso. |
| N  | corresponde ao total DIAS do respectivo MÊS ou PERÍODO DE FORNECIMENTO, conforme o caso.   |
| i  | significa cada DIA do respectivo MÊS ou PERÍODO DE FORNECIMENTO, conforme o caso.  |

12.1.2. Para fins dos itens 12.1 e 12.1.1, o valor final a ser faturado, após o acréscimo dos tributos e encargos aplicáveis, sofrerá o ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

12.1.3. Periodicidade dos Faturamentos e outras Cobranças.

A cobrança de quaisquer valores devidos por qualquer PARTE, no âmbito do presente TERMOS E CONDIÇÕES, será realizada MENSALMENTE ou ao término do PERÍODO DE FORNECIMENTO, após o correspondente MÊS ou PERÍODO DE FORNECIMENTO a que se refiram, através da emissão dos respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

12.1.4. Apresentação de DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser apresentados até o 5º (quinto) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS ou PERÍODO DE FORNECIMENTO a que se refiram.

12.1.5. DOCUMENTOS DE COBRANÇA – Datas de vencimento.

Os valores dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA (inclusive DOCUMENTO DE COBRANÇA complementar) deverão ser pagos, em moeda corrente, até o 10º (décimo) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS ou PERÍODO DE FORNECIMENTO a que se refiram. Em caso de atraso na apresentação do DOCUMENTO DE COBRANÇA, a data de vencimento ficará prorrogada por prazo idêntico ao número de DIAS ÚTEIS de atraso, preservando o intervalo entre a data de apresentação e a data de vencimento das faturas.

12.2. Tributos e Encargos.

O recolhimento dos tributos de qualquer natureza e encargos é de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária apenas. Os tributos incidentes na comercialização do GÁS serão incluídos na fatura e destacados no DOCUMENTO DE COBRANÇA, devidamente identificados e adicionados ao valor faturado.

12.2.1. Entendem-se como exemplos de tributos devidos em decorrência direta o ICMS, incluindo eventuais adicionais aplicáveis como FECP e FOT (Fundo Orçamentário Temporário), PIS, COFINS e seus eventuais substitutos em virtude de alterações na legislação tributária vigente.

12.2.2. Não se entendem como tributos devidos em decorrência direta deste TERMOS E CONDIÇÕES aqueles cujo ônus econômico deve ser suportado pela VENDEDORA, tais como: IRPJ, CSLL, contribuições previdenciárias sobre folha de pagamentos, dentre outros.

12.2.3. Se durante o prazo de vigência do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS ocorrer a criação de novos tributos, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, nova interpretação da legislação em vigor, ou ainda a extinção de tributos existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de tributos, ou, ainda, forem criadas vedações ao aproveitamento de créditos e/ou obrigatoriedade de estorno de créditos de TRIBUTOS apurados com técnica da não cumulatividade, que, de forma direta, bem como alterações no PONTO DE ENTREGA, que possam vir a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus da VENDEDORA, o valor faturado será revisto proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, a diferença decorrente das respectivas alterações.

12.2.4. A revisão prevista no item 12.2.3, para majorar o valor faturado, somente ocorrerá se o aumento da carga tributária não for resultante de decisão da VENDEDORA, tal como a de modificação do estabelecimento remetente do GÁS, ou a adesão a sistema simplificado de tributação, entre outros, ou qualquer outra decisão de negócio exclusivamente tomada para atender a situação econômica da VENDEDORA.

12.2.5. O PREÇO DO GÁS será imediatamente ajustado, com vistas a expurgar o valor do tributo indevido, nos casos em que qualquer tributo que o componha deixar de ser devido, total ou parcialmente, em razão de: (i) ato declaratório do Procurador Geral de Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado da Economia, autorizando a não interposição de recurso ou a desistência de recurso interposto pela União; (ii) súmula vinculante; (iii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) ou Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC); (iv) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal; ou (v) habilitação ou enquadramento em regime de incentivo fiscal.

12.2.6. Caso ocorram atrasos no envio de informações necessárias ao faturamento ou erros (i) de medição de volume, (ii) de alocação, (iii) de identificação do estabelecimento remetente/destinatário do GÁS, dentre outros, que venham a acarretar equívocos no cumprimento de obrigação tributária principal e/ou acessória, tem-se que eventuais encargos, juros, multas ou outras obrigações pecuniárias, imputados a qualquer das PARTES pelo Fisco, serão suportados exclusivamente pela PARTE que comprovadamente houver dado causa ao equívoco/erro, por meio de DOCUMENTO DE COBRANÇA.

12.2.7. A COMPRADORA fornecerá as informações necessárias relativas ao faturamento, para a correspondente análise e expressa aceitação por parte da VENDEDORA. Após tal análise, caso a VENDEDORA fature com informações diferentes das fornecidas pela COMPRADORA, ou as informações prestadas pela COMPRADORA exponham a VENDEDORA a penalidades, todos os ônus decorrentes de eventual responsabilidade solidárias serão suportados pela Parte que deu causa e compensadas na primeira oportunidade, do valor dos Tributos, encargos, juros, multas ou outras penalidades pecuniárias eventualmente incidentes.

12.2.8. As Partes se comprometem a fornecer, no prazo de 15 (quinze) Dias contados do envio da Notificação realizada pela outra Parte, todos os documentos solicitados pelos órgãos competentes e exigidos pela legislação de regência, inclusive a declaração de não

aproveitamento do crédito tributário, exceto na medida em que a entrega dos mesmos esteja vedada por LEI ou em contrato com terceiros. Neste último caso, a Parte enviará esforços razoáveis para obter a autorização do terceiro para entregar os documentos necessários conforme este item 12.2.7.

12.2.9. Caso a VENDEDORA seja autuada por cobrança de tributo em decorrência de informação inexata prestada pela COMPRADORA, esta deverá arcar com os prejuízos causados à VENDEDORA, mediante pagamento do valor da autuação, acrescido de todos os custos despendidos, inclusive processuais, independente da possibilidade de defesa administrativa ou judicial.

12.2.10. Se, durante ou após a execução do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS as autoridades fiscais entenderem que a VENDEDORA aplicou tributo em valor inferior ao devido, exigindo-lhe a diferença, a VENDEDORA comunicará à COMPRADORA sobre a autuação fiscal e procederá à cobrança dos valores, no momento em que efetuar a quitação da autuação fiscal.

12.2.11. Se, durante ou após a execução do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, a VENDEDORA constatar que algum tributo foi aplicado em valor inferior ao devido, o valor será cobrado imediatamente da COMPRADORA mediante faturamento complementar, cabendo exclusivamente à VENDEDORA, na condição de contribuinte, eventuais acréscimos moratórios decorrentes do recolhimento insuficiente do tributo. A emissão e o pagamento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA complementares deverá ocorrer, respectivamente, até o 5º (quinto) DIA ÚTIL do MÊS seguinte em que seja constatada a cobrança a menor e seu pagamento será devido pela COMPRADORA dentro de 30 (trinta) dias contados da apresentação do DOCUMENTO DE COBRANÇA.

12.2.12. Se, durante a execução do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, ficar constatado que, por ocasião da emissão do Documento de Cobrança, a VENDEDORA aplicou algum tributo devido em decorrência direta deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS em valor superior ao devido, os valores indevidamente cobrados serão compensados nos faturamentos posteriores, conforme legislação aplicável, desde que a COMPRADORA apresente a documentação solicitada, em especial a declaração de não aproveitamento de créditos, sem prejuízo do pagamento integral dos tributos no caso de não apresentação da declaração.

12.2.13. A VENDEDORA se compromete a enviar os melhores esforços para questionar junto às autoridades cabíveis, sempre que possível, na hipótese de criação de novos Tributos ou majoração de Tributos existentes que julgue carecer do devido embasamento legal. Em que pese tal possível questionamento, os efeitos previstos na cláusula 12.2 se manterão válidos e efetivos, sendo certo que, em caso de êxito na discussão administrativa ou judicial no qual a VENDEDORA recupere os valores recolhidos ou depositados, o encargo tributário repassado pela VENDEDORA à COMPRADORA deverá ser ressarcido à COMPRADORA pela VENDEDORA, na medida em que os valores recolhidos ou depositados e repassados sejam recuperados pela VENDEDORA, acrescido dos juros e correção monetária calculados sobre os valores recolhidos ou depositados e que também tenham sido recuperados pela VENDEDORA quando do levantamento ou ressarcimento dos valores principais depositados ou recolhidos.

12.2.14. A COMPRADORA deve se manter cadastrada, vinculada e/ou credenciada, durante toda a vigência deste TERMOS E CONDIÇÕES, ao Ajuste SINIEF 03/2018, nos termos da sua cláusula primeira, § 3º, ou a qualquer Lei que venha a substituí-lo ou conceder tratamento diferenciado às obrigações tributárias relacionadas às operações de circulação e prestação de serviço de transporte de Gás Natural por meio de gasoduto e cuja fruição do tratamento diferenciado também exija a adesão, vinculação ou credenciamento das Partes, conforme aplicável.

### 12.3. ENCARGOS MORATÓRIOS.

No caso de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, o valor em atraso estará sujeito a atualização monetária com base na variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (ou outro índice que venha a substituí-lo), juros de mora de 1% (um por cento) ao MÊS, *pro rata tempore*, com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais e considerando o período entre a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA e a do seu efetivo pagamento, além de multa moratória de 2% (dois por cento), calculados sobre o montante atualizado.

### 12.4. Cobranças Objeto de Controvérsia.

12.4.1. Havendo controvérsia sobre importância cobrada de uma à outra PARTE e que não tenha sido resolvida até a data de vencimento do correspondente DOCUMENTO DE COBRANÇA, os seguintes procedimentos deverão ser aplicados:

- (a) A PARTE que discordar deverá, até a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA: (i) enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia; (ii) efetuar pontualmente o pagamento da parte incontroversa do DOCUMENTO DE COBRANÇA; e (iii) reter o pagamento da parte controversa até a solução da controvérsia;
- (b) Se a PARTE reclamada concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO informando a sua concordância, encerrando a controvérsia e dando plena quitação em relação ao montante controverso; e
- (c) se a PARTE reclamada não concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO de seu desacordo, e a controvérsia poderá ser submetida ao procedimento de solução de controvérsias previsto neste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

12.4.2. Havendo controvérsia sobre importância já paga por uma PARTE à outra, a PARTE que discordar da importância já paga enviará NOTIFICAÇÃO sobre a controvérsia à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia. Serão aplicáveis, no que couber, os procedimentos

descritos no item 12.4.1(b) e (c).

### **13 CLÁUSULA TREZE – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO**

13.1. Qualquer uma das seguintes hipóteses constituirá EVENTO DE INADIMPLEMENTO de quaisquer das PARTES:

- (a) Insolvência, falência, autofalência, liquidação judicial ou extrajudicial ou a dissolução, recuperação extrajudicial ou judicial de qualquer das PARTES ou intervenção de qualquer autoridade governamental competente de forma que inviabilize a continuidade do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.
- (b) Violação da CLÁUSULA VINTE – CONDUTA DAS PARTES e seus subitens.
- (c) O não pagamento, por qualquer das PARTES, no todo ou em parte, até a data de seu vencimento, do valor não controverso correspondente a qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA que lhe seja apresentado pela outra PARTE em razão deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, bem como, quanto aos valores controversos, o não cumprimento por qualquer das PARTES do estabelecido no item 13.12.4.
- (d) O descumprimento substancial pelas PARTES das obrigações estabelecidas neste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS que inviabilize o seu cumprimento, formalizado pelo envio de NOTIFICAÇÃO da PARTE adimplente à PARTE inadimplente caracterizando tal descumprimento, incluindo no caso de comprovada alegação de má-fé de CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR, nos termos do Item 14.10, e o descumprimento das obrigações estabelecidas na CLÁUSULA VINTE E DOIS – GARANTIAS DE PAGAMENTOS.
- (e) A cessão parcial ou total a terceiros dos direitos e obrigações deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, em desacordo com a CLÁUSULA DEZESSEIS – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES E MUDANÇA DE CONTROLE.
- (f) Perda, por culpa da PARTE, de qualquer das licenças, concessões ou autorizações necessárias ao cumprimento do objeto do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.
- (g) Mudança de CONTROLE de uma PARTE sem prévia NOTIFICAÇÃO de pelo menos 40 (quarenta) DIAS antes da efetivação de tal mudança de CONTROLE, nos termos da CLÁUSULA DEZESSEIS – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES E MUDANÇA DE CONTROLE.

13.2. Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES dentre os listados nas alíneas (a), (b), (e) e (g) do item 14.13.1, o presente TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS poderá ser imediatamente resolvido pela PARTE adimplente, sem a necessidade de intervenção judicial, na forma do disposto na primeira parte do artigo 474 do Código Civil Brasileiro, bastando o envio de NOTIFICAÇÃO para a PARTE inadimplente.

13.3. Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES dentre os listados nas alíneas (c), (d) e (f) no item 14.13.1, a PARTE que esteja adimplente, enviará NOTIFICAÇÃO à outra PARTE para que esta possa sanar tal inadimplemento no prazo de 30 (trinta) DIAS contados do recebimento da referida NOTIFICAÇÃO.

13.4. Uma vez sanado qualquer EVENTO DE INADIMPLEMENTO NOTIFICADO conforme item 14.13.3, as obrigações das PARTES no TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS serão restabelecidas e as PARTES não mais terão o direito de resolver o TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS com base em tal inadimplemento.

13.5. Na hipótese do item 14.13.3 acima, a PARTE que esteja adimplente, poderá requerer a resolução do presente TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS desde que (i) tenha transcorrido o prazo de 30 (trinta) DIAS estabelecido no item 14.13.3 sem que o inadimplemento tenha sido sanado; e (ii) mediante envio de NOTIFICAÇÃO à PARTE inadimplente, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência da data prevista para resolução do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

13.6. Sem prejuízo do disposto no Item 13.5, enquanto o EVENTO DE INADIMPLEMENTO pela COMPRADORA não seja totalmente sanado, a VENDEDORA estará desobrigada de atender a qualquer solicitação de GÁS, desde que notifique a COMPRADORA sobre tal decisão com, no mínimo, 10 (dez) DIAS de antecedência. Eventual tolerância pela VENDEDORA em suspender a entrega de GÁS não significará renúncia de tal direito, podendo tal suspensão iniciar-se a qualquer momento, enquanto perdure o referido EVENTO DE INADIMPLEMENTO.

13.6.1. Caso a VENDEDORA suspenda a entrega de Gás em razão de um EVENTO DE INADIMPLEMENTO da COMPRADORA nos termos do Item 13.6 acima, a COMPRADORA continuará obrigada a cumprir com suas demais obrigações do TERMOS E CONDIÇÕES, incluindo os pagamentos pelo não atendimento ao compromisso de retirada do GÁS.

13.7. Na hipótese de resolução deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS por EVENTO DE INADIMPLEMENTO nos termos desta Cláusula, a PARTE inadimplente deverá pagar à outra PARTE, como indenização única e aplicável, salvo conforme disposto no Item 13.8 abaixo, o valor o Valor de Indenização da Resolução (VIR), conforme previsto na NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA que esteja em vigor. Exceto conforme disposto no Item 13.8 abaixo, as PARTES acordam que tal valor representa a totalidade de indenização exigível da PARTE inadimplente, ainda que maior seja o montante das eventuais perdas e danos. Efetuado o pagamento, nada mais haverá a pleitear extrajudicialmente ou judicialmente com relação à resolução deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS por EVENTO DE INADIMPLEMENTO nos termos desta Cláusula.

13.7.1. A PARTE adimplente emitirá DOCUMENTO(S) DE COBRANÇA à PARTE inadimplente com o valor correspondente à indenização por resolução do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS prevista no item 13.7 e subitens, detalhando o seu cálculo e incluindo os tributos aplicáveis. O DOCUMENTO DE COBRANÇA deverá ser pago em até 30 (trinta) DIAS após a data de sua emissão.

13.8. Na hipótese de resolução deste TERMOS E CONDIÇÕES com base no EVENTO DE INADIMPLEMENTO previsto no Item 13. 1 (b), além da penalidade prevista no Item 13.7, a Parte inadimplente se sujeitará ao disposto no Item 20 deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

13.9. Adicionalmente às hipóteses previstas nesta Cláusula, o presente TERMOS E

CONDIÇÕES GERAIS poderá ser resiliado sem ônus para qualquer PARTE nos seguintes casos:

- (a) por mútuo acordo entre as PARTES;
- (b) na ocorrência de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, cujos efeitos subsistam por um período ininterrupto superior a 6 (seis) MESES, impedindo qualquer das PARTES de cumprir, total ou parcialmente, suas obrigações previstas neste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, observado o disposto no Item 14.10;
- (c) pela impossibilidade de sobrevida do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, em função de determinação legal;
- (d) pela perda, sem culpa de qualquer das PARTES, de qualquer das licenças, concessões ou autorizações necessárias ao cumprimento do objeto do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS; ou
- (e) caso os CONTRATOS DE TRANSPORTE sejam rescindidos, sem culpa da PARTE contratante.

13.10. A resolução deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, nos termos previstos nesta Cláusula, não eximirá as PARTES do pagamento dos valores eventualmente devidos à outra PARTE até a data de tal resolução e tampouco prejudicará ou afetará as previsões deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS que devam permanecer em vigor após a resolução conforme disposto no Item 3.3.

13.11. O inadimplemento de qualquer das PARTES em quaisquer outros contratos celebrados por elas não será considerado inadimplemento no TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS nem ocasionará a sua resolução, a aplicação de penalidade de qualquer natureza ou a suspensão de quaisquer obrigações aqui previstas.

#### **14 CLÁUSULA QUATORZE – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR**

14.1. Caracteriza-se como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, com estrita observância do Artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância que afete qualquer uma das PARTES e que reúna, concomitantemente, todos os seguintes pressupostos:

- (a) que a ocorrência se dê e permaneça fora do controle da PARTE AFETADA;
- (b) a PARTE AFETADA, e/ou suas AFILIADAS, não tenham concorrido direta ou indiretamente para a sua ocorrência;
- (c) a atuação da PARTE AFETADA, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar sua ocorrência; e
- (d) sua ocorrência afete ou impeça diretamente o cumprimento, total ou parcial, pela PARTE AFETADA, de uma ou mais obrigações previstas neste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

#### 14.2. Abrangência.

Sem prejuízo da generalidade do *caput do* Item 14.1 acima e da existência de quaisquer outros eventos de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, fica, desde já, aceito e reconhecido como evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR qualquer um dos eventos listados abaixo, desde que verificados os requisitos desta Cláusula:

- (a) Ato de atentado público, vandalismo ou terrorismo, guerra declarada ou não, ameaça de guerra, revolução, guerrilha, insurreição, comoção civil, tumulto, rebelião, insurreição militar, golpe de estado, estado de sítio, declaração de estado de emergência ou lei marcial, embargo ou bloqueio econômico.
- (b) Ato de sabotagem, de terrorismo, de vandalismo ou de destruição acidental de instalações, ainda que parcial, da PARTE AFETADA ou de seus contratados, desde que sem culpa deles.
- (c) Cataclismos, raios, terremotos, tornados, tempestades, incêndios, inundações, explosões e eventos meteorológicos excepcionais e imprevisíveis.
- (d) a entrada em vigor de LEI nova ou modificação, suspensão ou revogação de qualquer LEI em vigor, na forma do ordenamento jurídico brasileiro, após a data de assinatura do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS que afete de forma substancial e adversa o cumprimento das obrigações previstas neste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS por qualquer das PARTES.
- (e) Desapropriação, confisco, aquisição compulsória, ou nacionalização de todos ou de parcela substancial dos ativos da PARTE AFETADA por qualquer órgão público que tenha competência sobre as PARTES ou sobre as operações previstas neste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.
- (f) um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete o sistema de produção, processamento, escoamento, tratamento, coleta, regaseificação, terminais, ou transporte necessário para atendimento deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.
- (g) um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete o sistema de distribuição da COMPRADORA necessário para o recebimento do GÁS.

#### 14.3. Eventos excluídos.

Apenas a título meramente exemplificativo, as PARTES concordam que os eventos abaixo relacionados não serão considerados como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR:

- (a) Greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos empregados, agentes, ou prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA.
- (b) Alteração das condições econômicas e financeiras da PARTE AFETADA, bem como a alteração das condições de mercado para comercialização do GÁS em geral.

- (c) Qualquer quebra ou falha de qualquer setor de planta industrial, instalações, maquinário ou equipamento pertencente à PARTE AFETADA, seus prestadores de serviços contratados ou subcontratados, exceto se decorrente diretamente da ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no presente TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.
- (d) Falha ou atraso no desempenho das obrigações assumidas por prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA que afetem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela PARTE AFETADA nestes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, exceto se decorrente diretamente da ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no presente TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.
- (e) Mudança de LEI, exceto mudanças que afetem de forma substancial e adversa o cumprimento das obrigações previstas neste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS por qualquer das PARTES, conforme item 15.14.2 (d).
- (f) Eventos de caso fortuito ou força maior que afetem de forma geral as condições de mercado e de logística e não especificamente as atividades necessárias para o cumprimento deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

#### 14.4. Procedimentos em ocorrências de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

Na hipótese de ocorrência de situações caracterizadas como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, deverão ser adotadas pela PARTE AFETADA as seguintes medidas:

- (a) Informar sobre a ocorrência do evento e enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE e, tão logo quanto possível, apresentar as informações disponíveis em relação à estimativa da duração, do provável impacto no desempenho de suas obrigações e as possíveis ações que serão tomadas, pela PARTE AFETADA, para remediar ou mitigar as consequências de tal evento.
- (b) Adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando possibilitar a execução normal do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS o mais brevemente possível.
- (c) Manter a outra PARTE informada a respeito de suas ações e de seu plano de ação.
- (d) Prontamente enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE da cessação do evento e de suas consequências.
- (e) Permitir à outra PARTE, quando possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, para uma inspeção local, por conta e risco da PARTE que deseje inspecionar.
- (f) Complementar posteriormente a informação de que trata o item 15.14.4 (a) com a comprovação da ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, bem como seu impacto adverso no cumprimento das obrigações da PARTE AFETADA.
- (g) Sendo a PARTE AFETADA a VENDEDORA: não tratar a COMPRADORA de forma discriminatória com relação a outros clientes aplicando-lhe uma redução no

fornecimento de GÁS de forma equitativa com os demais clientes, na hipótese de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete a capacidade da VENDEDORA de entregar GÁS natural a diversos de seus clientes atendidos pelo mesmo sistema ou modal transporte de GÁS empregado para fins deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

14.4.1. Caso a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 15.14.4 (a) seja enviada em até 10 (dez) DIAS ÚTEIS contados do conhecimento da ocorrência do evento, a suspensão das obrigações das PARTES em decorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR se dará retroativamente a partir da data em que o referido evento tenha se iniciado.

14.4.2. Na hipótese de a NOTIFICAÇÃO ser enviada após o prazo previsto no item 15.14.4.1, os efeitos do evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR somente se produzirão a partir da data do recebimento da NOTIFICAÇÃO pela outra PARTE.

14.4.3. Com relação aos Itens 14.4. (a) e (b), a PARTE AFETADA não estará obrigada a agir diferentemente (i) do que seja apropriado às melhores práticas da indústria do petróleo e gás natural, inclusive conforme definido no mais recente contrato de produção e exploração de hidrocarbonetos publicado pelas autoridades governamentais *mutatis mutandis*, e semelhante à prática adotada em situações similares, nem (ii) do que seja previsto nas LEIS brasileiras.

#### 14.5. Obrigações não afetadas.

14.5.1. A isenção de responsabilidade prevista nesta Cláusula somente se aplicará às obrigações da PARTE AFETADA cujo cumprimento tenha sido comprovada e diretamente afetado pelo evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR. A ocorrência de um evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR não eximirá a PARTE AFETADA do cumprimento de obrigações que tenham se tornado devidas e exigíveis antes da sua ocorrência ou que se tenham constituído antes dele, embora sejam exigíveis durante ou posteriormente ao evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

14.5.1.1. No caso de valores, tarifas ou encargos que porventura comprovadamente permaneçam sendo cobrados no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE durante a invocação de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, os mesmos serão integralmente de responsabilidade da COMPRADORA e, na medida que forem cobrados pelo TRANSPORTADOR da VENDEDORA, serão repassados pela VENDEDORA à COMPRADORA, nos termos do CONTRATO DE TRANSPORTE. Da mesma forma que os benefícios concedidos pelo Transportador e usufruídos pela Vendedora, decorrentes da continuidade das cobranças no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE, em virtude da invocação de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, deverão ser repassadas integralmente à COMPRADORA.

#### 14.6. Efeitos nos TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

Observado o Item 14.5. e subitens, com a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, as PARTES, enquanto perdurarem os efeitos decorrentes de tal evento, estarão dispensadas do cumprimento das obrigações contratuais, na medida e na extensão em que diretamente afetadas pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, caracterizado nos termos deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, bem como exoneradas de qualquer responsabilidade pela falta ou atraso no cumprimento das obrigações que sejam diretamente

atribuíveis ao CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

14.7. A QUANTIDADE DE GÁS que não possa ser entregue pela VENDEDORA em função de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR será abatida dos compromissos de retirada e de fornecimento do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

14.8. Em caso de divergência de entendimento quanto à caracterização de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, qualquer das PARTES poderá submetê-la à ARBITRAGEM, sendo que, enquanto perdurar a controvérsia, o evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR produzirá seus efeitos sobre as obrigações do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

14.9. Caso a SENTENÇA ARBITRAL determine que não ocorreu o CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, ou a PARTE que alegou mude seu entendimento, a PARTE que tenha alegado tal evento será responsável pelas consequências previstas no TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS devido ao não cumprimento das obrigações que foram suspensas por força do suposto evento alegado de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

14.10. No caso de má-fé comprovada, por qualquer das PARTES, quanto à alegação da ocorrência de qualquer dos eventos mencionados nesta cláusula com vistas ao não cumprimento de uma obrigação nos termos deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, terá a outra PARTE direito de promover a rescisão do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, arcando a PARTE que der causa à rescisão com (i) as penalidades previstas na CLÁUSULA TREZE – INADIMPLENTO E RESOLUÇÃO e (ii) as obrigações decorrentes deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS eu porventura tiverem sido suspensas pela incorreta e indevida alegação do evento.

## **15 CLÁUSULA QUINZE – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

15.1. O TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS será regido pelas leis brasileiras.

Diante de quaisquer controvérsias oriundas do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS ou a ele relacionadas, as PARTES deverão observar o seguinte procedimento:

15.2. SOLUÇÃO AMIGÁVEL.

Diante de litígios de qualquer natureza oriundos do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS ou com ele relacionados, inclusive quanto à sua interpretação, execução, validade, eficácia, violação e negociação, as PARTES acordam submeter a controvérsia, em primeiro lugar, à negociação, envidando os seus melhores esforços para solucioná-la amigavelmente. A negociação terá duração de no máximo 30 (trinta) DIAS contados a partir da NOTIFICAÇÃO de qualquer das PARTES acerca da existência da controvérsia. Sem prejuízo disso, qualquer das PARTES poderá encerrar a negociação a qualquer tempo, mediante o envio de NOTIFICAÇÃO para a outra PARTE, e iniciar a ARBITRAGEM.

15.2.1 Se a controvérsia não tiver sido solucionada amigavelmente, na forma do Item 15.2, qualquer das PARTES poderá requerer que a controvérsia seja solucionada definitivamente por meio de ARBITRAGEM, de acordo com o regulamento de arbitragem da CÂMARA em vigência no momento do início da ARBITRAGEM (“REGULAMENTO DE ARBITRAGEM”).

### 15.3. ARBITRAGEM

15.3.1. A ARBITRAGEM será conduzida de acordo com o REGULAMENTO DE ARBITRAGEM da CÂMARA, exceto naquilo que tais regras estiverem em conflito com qualquer disposição do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, hipótese na qual prevalecerão as disposições do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, e será realizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

15.3.2. A ARBITRAGEM será necessariamente de direito, sendo vedado o julgamento por equidade ou com base em usos e costumes.

15.3.3. O idioma de ARBITRAGEM e da sua decisão será o português, sendo permitida a apresentação de documentos e depoimentos orais em inglês sem a necessidade de tradução. Os ÁRBITROS devem, necessariamente, falar português e inglês fluentemente, exceto se ambas as PARTES concordarem na dispensa deste requisito.

15.3.4. Os ÁRBITRO(S) serão nomeados da seguinte forma:

- (i) Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída não exceda o montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por ÁRBITRO ÚNICO. A Secretaria da Câmara solicitará às PARTES que nomeiem, no prazo de 15 (quinze) DIAS, o ÁRBITRO ÚNICO para atuar no procedimento arbitral. O ÁRBITRO ÚNICO deverá ser indicado por consenso entre as PARTES. Não havendo consenso, a Diretoria da Câmara encaminhará lista composta de 5 (cinco) nomes para que as PARTES procedam da seguinte forma:
  - (a) cada PARTE deverá, separadamente, no prazo comum de 5 (cinco) DIAS ÚTEIS, apresentar manifestação observando o que se segue: (i) cada PARTE poderá retirar da lista até 2 (dois) profissionais em relação aos quais tenha eventual objeção, sem necessidade de justificativa; (ii) os nomes dos profissionais remanescentes devem ser apresentados em ordem de preferência para indicação de ÁRBITRO ÚNICO (ex.: um ponto para o primeiro nome de preferência, dois pontos para o segundo nome de preferência e assim por diante);
  - (b) recebidas as listas com as ordens de preferência das PARTES, cada profissional terá sua pontuação somada, de acordo com a ordem de preferência apresentada por cada uma das PARTES; e
  - (c) o profissional indicado que obtiver a menor pontuação dentre a soma das ordens de preferência será nomeado o ÁRBITRO ÚNICO. Em caso de empate, caberá ao presidente da CÂMARA apontar o ÁRBITRO ÚNICO.
- (ii) Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída exceda o montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por um TRIBUNAL ARBITRAL, a ser constituído por 3 (três) membros, observando-se as seguintes disposições:

- (a) A PARTE que queira suscitar a controvérsia apresentará requerimento de instauração de arbitragem à CÂMARA, nos termos do REGULAMENTO DE ARBITRAGEM da CÂMARA, indicando o objeto da controvérsia e informando o nome de seu ÁRBITRO ("PRIMEIRO ÁRBITRO").
- (b) Dentro de 14 (quatorze) DIAS do recebimento da notificação da CÂMARA nesse sentido, a outra PARTE responderá o pedido de instauração da arbitragem e indicará o nome de seu ÁRBITRO ("SEGUNDO ÁRBITRO").
- (c) Dentro de 14 (quatorze) DIAS da nomeação do SEGUNDO ÁRBITRO, ambos os ÁRBITROS elegerão um terceiro árbitro ("TERCEIRO ÁRBITRO"), que presidirá os trabalhos.
- (d) Se não houver consenso sobre o TERCEIRO ÁRBITRO, sua indicação ficará a cargo da CÂMARA, nos termos do REGULAMENTO DE ARBITRAGEM.

15.3.5. Na hipótese de as regras do REGULAMENTO DE ARBITRAGEM da CÂMARA serem omissas quanto a quaisquer aspectos procedimentais, as omissões serão supridas pelo TRIBUNAL ARBITRAL ou ÁRBITRO ÚNICO, conforme o caso, por referência, nesta ordem:

- (a) À Lei Nº 9.307 de 23/09/1996, que dispõe sobre a arbitragem.
- (b) Ao Código de Processo Civil Brasileiro.

15.3.6. No prazo de 60 (sessenta) DIAS contados da apresentação das alegações finais das PARTES, o TRIBUNAL ARBITRAL apresentará a SENTENÇA ARBITRAL. No caso de ARBITRAGEM com ÁRBITRO ÚNICO, este apresentará a SENTENÇA ARBITRAL em até 30 (trinta) DIAS contados da apresentação das alegações finais das PARTES.

15.3.7. A SENTENÇA ARBITRAL deverá atender todos os requisitos da Lei Nº 9.307 de 23/09/1996 e detalhará e qualificará as responsabilidades da(s) PARTE(S), bem como indicará a fração dos honorários e despesas e custos de ARBITRAGEM imputados a cada PARTE. Será emitida por escrito no Brasil e será vinculante para as PARTES. Será irrecorrível, observados os termos da LEI.

15.3.8. Não obstante o disposto nesta Cláusula, cada uma das PARTES se reserva ao direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de:

- (a) Assegurar a instituição da ARBITRAGEM.
- (b) Obter medidas cautelares de proteção de direitos, previamente à instituição da ARBITRAGEM, devendo, não obstante tal fato, o mérito da questão ser decidido em ARBITRAGEM, sendo que qualquer procedimento neste sentido não será considerado como ato de renúncia à ARBITRAGEM.
- (c) Executar qualquer decisão da ARBITRAGEM, inclusive, mas não exclusivamente, da SENTENÇA ARBITRAL.
- (d) Pleitear a nulidade da SENTENÇA ARBITRAL, nas hipóteses permitidas em LEI.

15.3.8.1. Quaisquer pedidos ou medidas solicitadas à autoridade judicial antes da constituição do ÁRBITRO ÚNICO ou do TRIBUNAL ARBITRAL deverão ser notificados sem demora à Secretaria da CÂMARA e informados ao ÁRBITRO ÚNICO ou ao TRIBUNAL ARBITRAL, conforme aplicável, quando da sua constituição. O TRIBUNAL ARBITRAL ou o ÁRBITRO ÚNICO poderá, a qualquer tempo, reapreciar a tutela concedida judicialmente, mantendo, alterando ou revogando-a, ou ainda, se denegada, concedendo-a.

15.3.9. Durante a ARBITRAGEM e até que seja proferida a SENTENÇA ARBITRAL, (i) cada PARTE envolvida na disputa será responsável por seus próprios custos de ARBITRAGEM, incluindo honorários advocatícios e (ii) os honorários dos árbitros e demais despesas da ARBITRAGEM deverão ser rateados entre as PARTES em proporções iguais.

15.3.9.1. As despesas relacionadas à ARBITRAGEM, incluindo honorários de árbitros e de peritos indicados pelo TRIBUNAL ARBITRAL ou pelo ÁRBITRO ÚNICO e despesas administrativas com a CÂMARA serão suportadas de acordo com o que for determinado pela SENTENÇA ARBITRAL. Em nenhuma hipótese, porém, a PARTE vencida, total ou parcialmente, deverá suportar os honorários de sucumbência ou os contratualmente ajustados entre a PARTE vencedora e seus advogados, tampouco as despesas incorridas com a contratação de pareceristas ou assistentes técnicos ou jurídicos.

15.3.10. As PARTES concordam que a ARBITRAGEM deverá ser mantida estritamente sigilosa e seus elementos (incluindo, mas não limitado a, alegações das PARTES, provas, laudos e outras manifestações de terceiros e quaisquer outros documentos apresentados ou trocados no curso da ARBITRAGEM) somente serão revelados ao TRIBUNAL ARBITRAL ou ao ÁRBITRO ÚNICO, às PARTES, aos seus advogados e a qualquer pessoa necessária ao desenvolvimento da ARBITRAGEM ou se a divulgação for exigida para instruir eventuais medidas judiciais elencadas no Item 15.3.8, exceto nas hipóteses permitidas pela CLÁUSULA DEZOITO – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE e pelo REGULAMENTO DE ARBITRAGEM.

#### 15.4. Foro.

Na hipótese de as PARTES recorrerem ao Poder Judiciário, quando permitido por este TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, as PARTES poderão recorrer ao foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; ou (ii) ao foro onde a medida será efetivada, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

### **16 CLÁUSULA DEZESSEIS – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES E MUDANÇA DE CONTROLE**

16.1. Os TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser cedido, empenhado ou de outra forma gravado, salvo com o consentimento por escrito da outra PARTE, que deverá ser manifestado em até 40 (quarenta) DIAS. Caso a PARTE não se manifeste em tal prazo, o consentimento presumir-se-á negado.

16.2. Em caso de mudança de CONTROLE de qualquer PARTE, esta deverá notificar a outra PARTE de tal mudança ao menos 40 (quarenta) DIAS antes da efetivação de tal

mudança de CONTROLE.

## **17 CLÁUSULA DEZESSETE – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO**

17.1. Para todos os efeitos legais derivados do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS será considerada como NOTIFICAÇÃO qualquer comunicação entre as PARTES cujo recebimento possa ser provado pela PARTE emitente de forma inequívoca, tal como uma notificação judicial ou extrajudicial, carta ou qualquer outro meio de comunicação escrita que ofereça garantias semelhantes de comprovação de recebimento, como e-mail com comprovação de recebimento (manual ou eletrônica). As PARTES indicam, a seguir, os respectivos domicílios, locais onde serão válidas todas as NOTIFICAÇÕES, efetuadas por escrito, relacionadas ao TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS:

(a) **COPERGÁS**

Avenida Conselheiro Aguiar, 1748, Edf. Ítalo Brasil Renda, 8º andar Boa Viagem - Recife/PE  
CEP: 51.111-010

**Comercial:**

[jacinto.sousa@copergas.com.br](mailto:jacinto.sousa@copergas.com.br) (81) 99488-2878 e

[roberto.zanella@copergas.com.br](mailto:roberto.zanella@copergas.com.br) (81) 98494-2990

**Trading:** [programacao@copergas.com.br](mailto:programacao@copergas.com.br)

**Contratos:** [rafael.mendes@copergas.com.br](mailto:rafael.mendes@copergas.com.br) (81) 99962-5191

**Medição e Qualidade:** [medicao@copergas.com.br](mailto:medicao@copergas.com.br)

**Financeiro:** [gfin@copergas.com.br](mailto:gfin@copergas.com.br)

**Sugestões/Reclamações:** [programacao@copergas.com.br](mailto:programacao@copergas.com.br)

(b) **EQUINOR**

Rua do Russel, 804, 3º andar – Glória – Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22.210-010

A/C: Claudia Brun

C/C: Ramon Matos

C/C: Anna Carolina Neves

Telefone: +55 (21) 34799880

**E-mail:**

[cbrun@equinor.com](mailto:cbrun@equinor.com) / [rmato@equinor.com](mailto:rmato@equinor.com) / [annacn@equinor.com](mailto:annacn@equinor.com) / [gm\\_gmkt@equinor.com](mailto:gm_gmkt@equinor.com)

17.2. Serão válidas ainda como NOTIFICAÇÃO quaisquer trocas de informação de ordem operacional, de uma PARTE à outra PARTE, mediante telefonema, que deverão ser formalizadas por escrito na forma do Item 17.1, ou por e-mail com comprovação de recebimento (manual ou eletrônica), desde que realizadas entre as centrais operacionais das

PARTES, conforme a seguir:

(a) COPERGÁS

Avenida Conselheiro Aguiar, 1748, Edf. Ítalo Brasil Renda, 8º andar Boa Viagem - Recife/PE  
CEP: 51.111-010

Plantão Emergencial: 0800.281.2002

Correios eletrônicos (e-mails):

[gdis.plantao@copergas.com.br](mailto:gdis.plantao@copergas.com.br); [mobile.plantao@copergas.com.br](mailto:mobile.plantao@copergas.com.br)

(b) EQUINOR

Rua do Russel, 804 – Glória – Rio de Janeiro – RJ

CEP: 22.210-010

Telefone: 55 21 99774-7125

Plantão Emergencial: +55 21 99340-0450

Correios eletrônicos (e-mails): [gm\\_bragasops@equinor.com](mailto:gm_bragasops@equinor.com); [lidg@equinor.com](mailto:lidg@equinor.com); [flaz@equinor.com](mailto:flaz@equinor.com)

17.3. Qualquer uma das PARTES terá o direito de modificar seus dados para contato, acima indicados, mediante NOTIFICAÇÃO transmitida à outra PARTE. Tal mudança produzirá efeitos a partir do recebimento da respectiva NOTIFICAÇÃO.

17.4. Qualquer NOTIFICAÇÃO será considerada válida na data de seu efetivo e comprovado recebimento, exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS de forma diversa.

17.5. Para os fins dos termos e condições dispostos na CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO, as PARTES deverão disponibilizar um setor de atendimento mútuo, em funcionamento contínuo durante todos os DIAS, durante o período de 8h (oito horas) até as 18h (dezoito horas).

## **18 CLÁUSULA DEZOITO – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**

18.1. As PARTES obrigam-se, pelo prazo de duração dos TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS e suas eventuais prorrogações e adicionalmente 5 (cinco) ANOS após o seu término, a manter sob sigilo o presente TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, bem como todas as informações referentes a qualquer aspecto do presente TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, que lhe forem transmitidas ou obtidas em razão deste ou das negociações entre as PARTES que precederam sua celebração.

18.2. As PARTES se responsabilizam, para fins de sigilo, pelas informações referentes a qualquer aspecto do presente TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS divulgadas por seus REPRESENTANTES.

18.3. São consideradas sigilosas e confidenciais todas as informações fornecidas, independentemente do formato e de expressa menção quanto ao sigilo e confidencialidade

das mesmas.

18.4. O descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade importará, em qualquer hipótese, na responsabilidade civil por perdas e danos que a PARTE infratora venha a causar à outra PARTE. Em nenhuma hipótese as PARTES serão responsabilizadas por perdas e danos indiretos e lucros cessantes.

18.5. Só serão legítimos como motivos de exceção à obrigatoriedade de sigilo, as seguintes hipóteses:

- (a) a informação já era comprovadamente conhecida pela PARTE recipiente e/ou suas AFILIADAS anteriormente às tratativas de contratação, sejam elas diretas ou através de procedimento legal.
- (b) ter havido prévia e expressa anuência da PARTE.
- (c) a informação foi comprovadamente obtida por outra fonte, de forma legal e legítima, independentemente do presente TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.
- (d) informações que sejam ou se tornem disponíveis ao público sem violação a este TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS e sem culpa, direta ou indireta, da PARTE recipiente ou de suas AFILIADAS ou REPRESENTANTES, e sem a violação de qualquer dever de confidencialidade entre terceiros e a PARTE divulgadora.
- (e) possam ser demonstradas, através de documentação, que tenham sido desenvolvidas ou adquiridas de forma independente pela PARTE recipiente ou suas AFILIADAS, sem referência ou com base em quaisquer informações divulgadas pela PARTE divulgadora.

18.6. A PARTE receptora não poderá divulgar as informações confidenciais recebidas nos termos deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS sem o prévio consentimento por escrito da PARTE divulgadora, exceto para as seguintes pessoas, na medida em que precisem saber para a consecução dos objetivos deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS:

- (a) suas AFILIADAS e seus REPRESENTANTES, desde que vinculados a obrigações de confidencialidade, exceto no caso de advogado externo, os quais já possuem obrigação de sigilo inerente à profissão;
- (b) qualquer instituição de crédito ou financeira em função do financiamento das operações dessa PARTE, mas somente na medida em que for necessário para a obtenção e manutenção de financiamento, desde que vinculadas a obrigações de confidencialidade não menos restritivas que as previstas neste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS;
- (c) por determinação judicial, arbitral, legal e/ou determinação de autoridade governamental competente em relação à PARTE, suas AFILIADAS ou seus REPRESENTANTES, nos limites de tal obrigação, devendo ainda a PARTE que divulgou a informação dar ciência à outra PARTE no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após a revelação de tais informações, devendo, ainda, requerer segredo de justiça no seu trato judicial, arbitral e/ou administrativo, não sendo neste caso responsável em caso de rejeição de tal solicitação ou por eventual quebra de sigilo ou divulgação que tal autoridade venha a fazer de tal informação; e

- (d) envio de informações operacionais ao TRANSPORTADOR que sejam necessárias à operacionalização das transações oriundas deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

## **19 CLÁUSULA DEZENOVE – NOVAÇÃO**

19.1. Na eventualidade de uma das PARTES deixar de exigir o cumprimento de qualquer obrigação prevista no TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, tal prática não constituirá novação ou renúncia expressa ou tácita ao direito de fazê-lo em qualquer oportunidade. Qualquer renúncia a um direito estabelecido no TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS só será considerada válida e eficaz mediante manifestação por escrito da PARTE renunciante.

## **20 CLÁUSULA VINTE – CONDUTA DAS PARTES**

20.1. Em relação às operações, serviços e outras atividades relativas a este TERMOS E CONDIÇÕES.

20.1.1. Cada PARTE declara, garante e se compromete que nem ela nem os membros do seu “GRUPO” (i) realizaram, ofereceram, prometeram ou autorizaram, bem como (ii) realizarão, oferecerão, prometerão ou autorizarão, a entrega de qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem, seja diretamente ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto de qualquer autoridade ou funcionário público, partido político, representante de partido político, candidato a cargo eletivo ou qualquer outro indivíduo ou entidade pública ou privada, quando tal oferta, pagamento, presente, promessa, entretenimento violar as LEIS ANTICORRUPÇÃO. Para os efeitos desta cláusula, “GRUPO” significa, em relação a cada uma das PARTES, suas controladoras, controladas, sociedades sob controle comum, seus administradores, diretores, prepostos, empregados, subcontratados, representantes e agentes.

20.1.2. Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e suas AFILIADAS cumprirão as LEIS ANTICORRUPÇÃO.

20.1.3 Nas atividades econômicas e financeiras relativas a este TERMOS E CONDIÇÕES, cada PARTE declara e garante que ela e os membros do seu GRUPO (i) não utilizaram ou utilizarão bens, direitos ou valores provenientes de atividades ilícitas, bem como não ocultaram ou dissimularam a sua natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade, e (ii) cumprirão as demais normas referentes à lavagem de dinheiro, incluindo, porém não se limitando, as condutas descritas na Lei 9.613/98 e demais legislações aplicáveis à PARTE.

20.1.4. Cada PARTE declara, garante e se compromete que nem ela nem os membros do seu GRUPO (i) pagaram ou pagarão, direta ou indiretamente por meio de qualquer pessoa ou entidade, quaisquer taxas, comissões ou reembolsos à outra PARTE ou aos membros do GRUPO da outra PARTE, e (ii) ofereceram, prometeram, autorizaram ou entregaram, tampouco oferecerão, prometerão, autorizarão ou entregarão à outra PARTE ou aos membros do GRUPO da outra PARTE, qualquer presente ou entretenimento de forma a influenciar ou induzir qualquer ação ou omissão em relação a este TERMOS E CONDIÇÕES.

20.1.5. Cada PARTE declara, garante e se compromete que não utilizou ou utilizará broker, agente, consultor ou qualquer outro intermediário na solicitação, obtenção, negociação, estruturação ou execução do presente TERMOS E CONDIÇÕES ou em qualquer assunto relacionado a este TERMOS E CONDIÇÕES, quando a utilização de tal broker, agente, consultor ou intermediário faça com que a PARTE viole os compromissos assumidos nos itens 20.2.2 e 20.2.3 ou quando as ações de tal broker, agente, consultor ou intermediário caracterizem qualquer infração desta CLÁUSULA VINTE – CONDUTA DAS PARTES.

20.1.6. As PARTES declaram, garantem e se comprometem que possuem políticas e procedimentos adequados em vigor e em relação à ética e conduta nos negócios e às LEIS ANTICORRUPÇÃO.

20.1.7. Cada PARTE deverá: (i) manter controles internos adequados relacionados às suas obrigações previstas nos itens 20.2.1, 20.2.2 e 20.2.4; (ii) elaborar e preparar seus livros, registros e relatórios de acordo com as práticas contábeis usualmente adotadas, aplicáveis à PARTE; (iii) elaborar livros, registros e relatórios apropriados das transações da PARTE, de forma que reflitam, correta e precisamente, e com nível de detalhamento razoável, os ativos e os passivos da PARTE; (iv) manter os livros, registros e relatórios acima referidos pelo período mínimo de 5 (cinco) ANOS após o término da vigência do TERMOS E CONDIÇÕES e (v) cumprir a legislação aplicável.

20.1.8. Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela, suas AFILIADAS e seus REPRESENTANTES cumpriu e cumprirão a LEGISLAÇÃO CONCORRENCIAL.

20.1.9. Cada PARTE deverá proibir e garantir que não empregará nem usará qualquer forma de trabalho forçado, escravo ou compulsório, outras formas de escravidão, ESCRAVIDÃO MODERNA, tráfico de pessoas ou as PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL, e tomará as medidas apropriadas para garantir que não haja nenhuma forma de ESCRAVIDÃO MODERNA empregada ou usada em seus negócios ou em suas cadeias de suprimentos.

20.1.10 Cada PARTE notificará imediatamente qualquer instância motivos para suspeitar de ESCRAVIDÃO MODERNA, PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL ou trabalho infantil na força de trabalho de cada PARTE ou de sua cadeia de suprimentos.

20.2. Cada PARTE se compromete a:

20.2.1. responder prontamente e detalhadamente a qualquer solicitação fundamentada das outras PARTES relacionada aos compromissos, garantias e declarações realizadas nesta Cláusula;

20.2.2. fornecer prontamente o suporte documental razoável à sua resposta, incluindo

documentos que demonstrem que a PARTE está cumprindo com as obrigações assumidas nesta Cláusula; e

20.2.3. informar prontamente à outra PARTE sobre a instauração e andamento de qualquer investigação, processo administrativo ou judicial iniciado por uma AUTORIDADE GOVERNAMENTAL relacionado a uma alegada violação das LEIS ANTICORRUPÇÃO no âmbito do presente TERMOS E CONDIÇÕES ou para apuração de prática dos atos ilícitos descritos neste Item imputados à respectiva Parte, suas AFILIADAS e seus Representantes, com relação à sua atuação no âmbito do presente TERMOS E CONDIÇÕES. As PARTES envidarão todos os esforços para manter as outras PARTES informadas quanto ao progresso e ao caráter de tais investigações ou procedimentos, devendo fornecer todas as informações que venham a ser solicitadas pela outra Parte. O presente Item não implica obrigação ou compromisso da Parte de fornecer informações que estiverem protegidas por sigilo legal. As obrigações previstas neste Item permanecerão em vigor mesmo após o término do TERMOS E CONDIÇÕES.

20.3. Cada PARTE declara e garante que reportará à outra PARTE qualquer solicitação ou oferta, explícita ou implícita, de qualquer vantagem pessoal feita por qualquer PARTE ou suas AFILIADAS para a PARTE notificante.

20.4. Cada PARTE declara e garante por si e por suas AFILIADAS e seus Representantes que cumpre e irá cumprir com todas as SANÇÕES e LEIS DE CONTROLE DE EXPORTAÇÕES no âmbito da execução deste TERMOS E CONDIÇÕES, assim como declara e garante que nenhuma das seguintes pessoas é listada em uma LISTA DE SANÇÕES: (a) ela própria, (b) seus diretores e conselheiros, e (c) qualquer indivíduo, governo, sociedade empresária, organização ou outra entidade que, direta ou indiretamente, seja proprietário de 50% ou mais de suas quotas ou ações ou, de qualquer outra forma a controle.

20.5. Cada PARTE ("PARTE Indenizadora") deverá defender, indenizar e manter a outra PARTE isenta de responsabilidade em relação a reivindicações, danos, perdas, multas, custos e despesas diretamente decorrentes de qualquer descumprimento desta Cláusula pela PARTE Indenizadora e suas AFILIADAS.

20.6. Nada neste TERMOS E CONDIÇÕES se destina, ou deve ser interpretado como exigindo ou induzindo uma Parte a agir de qualquer maneira ou executar, qualquer obrigação exigida pelo TERMOS E CONDIÇÕES (incluindo a obrigação de (i) executar, entregar, aceitar, vender, comprar, pagar ou receber dinheiro para, de ou através de uma pessoa ou entidade, ou (ii) envolver-se em quaisquer outros atos) se isso viola, é inconsistente, penalizado ou proibido por, ou expõe essa Parte a medidas punitivas sob as LEIS ANTICORRUPÇÃO, LEIS DE CONTROLE DE EXPORTAÇÃO, SANÇÕES, LEGISLAÇÃO CONCORRENCIAL OU DIREITOS HUMANOS aplicáveis a essa Parte. Na medida em que uma Parte se encontrar incapaz de executar alguma atividade em decorrência desta cláusula, a Parte deverá, assim que possível, notificar por escrito as outras PARTES de sua incapacidade de fazê-lo, incluindo qualquer documentação factual relevante.

## **21 CLÁUSULA VINTE E UM – DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **21.1. Nulidade das cláusulas dos TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.**

21.1.1. Se qualquer disposição destes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS for considerada ilegal, inválida, ou inexecutável, de acordo com as LEIS em vigor durante a vigência destes

TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, tal disposição será considerada completamente independente dos TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS. Estes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS serão interpretados e executados como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável não o integrasse e as disposições remanescentes permanecerão em pleno vigor e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.

21.1.2. Na hipótese do item 21.1.1, as PARTES, através de aditivos aos TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, substituirão adequadamente tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável por uma disposição ou disposições outras que, dentro do legalmente possível, deverá aproximar-se do que as PARTES entendam ser a disposição original e a sua finalidade.

#### 21.2. Modificação das cláusulas dos TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

Estes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS não poderão ser alterados senão por termo aditivo assinado por todas as PARTES.

#### 21.3. Declarações e garantias.

As PARTES declaram e garantem reciprocamente que, na data de celebração dos TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS:

- (a) Possuem plenos poderes para celebrar os presentes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS e todos os demais instrumentos nele mencionados, bem como para assumir validamente e cumprir integralmente todas as obrigações deles decorrentes.
- (b) As pessoas naturais que assinam os presentes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS na qualidade de representantes legais encontram-se plenamente autorizadas a fazê-lo, sem qualquer reserva ou limitação e sem a necessidade de obtenção de qualquer autorização legal, contratual ou estatutária que, nesta data, ainda não tenha sido obtida.
- (c) A celebração destes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS e/ou o cumprimento das obrigações nele contempladas não entram em conflito com (i) qualquer dispositivo dos respectivos contratos ou estatutos sociais das PARTES; (ii) qualquer dispositivo de natureza administrativa ou legal aplicável às PARTES; e/ou (iii) qualquer determinação, intimação, decisão ou ordem emitida por qualquer autoridade que possa afetar, direta ou indiretamente, a capacidade das PARTES de celebrar e cumprir as disposições dos presentes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.
- (d) A VENDEDORA obteve ou irá obter todas as licenças necessárias e dispõe ou irá dispor, por conta própria ou por meio de contratações de terceiros, do GÁS NATURAL, bem como da capacidade de produção, transporte, liquefação, regaseificação, processamento, estocagem, acesso a terminais marítimos e frota naval necessários para o cumprimento desses TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

#### 21.4. Cuidado com o meio ambiente

As PARTES se comprometem a observar as normas legais e regulatórias aplicáveis ao objeto destes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, além de envidar esforços para a adoção das melhores práticas da indústria internacional de gás natural e obediência às normas e

procedimentos técnicos e científicos pertinentes, visando à garantia de:

- (a) segurança operacional, através do emprego de métodos e processos que assegurem a segurança ocupacional, a saúde do trabalhador e a prevenção de acidentes operacionais;
- (b) preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, através da adoção de tecnologias e procedimentos associados à prevenção e à mitigação de danos ambientais e controle de emissões atmosféricas;
- (c) estímulo ao uso racional e eficiente do gás natural; e
- (d) mitigação dos impactos ao meio ambiente e as populações locais quando da realização de obras e intervenções.

#### **21.5. Compleitude dos TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.**

Estes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS representam o acordo final das PARTES tendo sido livremente negociado e redigido pelas PARTES em conjunto, com assessoria profissional, substituindo todos acordos e manifestações prévias das PARTES com relação ao seu objeto.

#### **21.6. Valor estimado dos TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.**

21.6.1. As PARTES concordam que o valor total estimado será calculado com base nas condições da NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA para cada PERÍODO DE FORNECIMENTO.

#### **21.7. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.**

21.7.1. No caso de ter havido ou haver tratamento de dados pessoais em decorrência da negociação e execução do objeto destes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, as PARTES se obrigam a atuar em estrita observância e cumprimento da LEI vigente sobre proteção de dados pessoais, incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/18) – LGPD, e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, assumindo cada PARTE a responsabilidade pelos tratamentos de dados pessoais que realizarem para as suas próprias finalidades no contexto destes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, sendo ainda responsável por eventuais danos diretos que tiver causado, desde que evidenciados, em razão de violação à legislação de proteção de dados e privacidade decorrente dos tratamentos de dados pessoais que cada PARTE realizar, diretamente ou por intermédio de outrem, no âmbito da negociação e execução destes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS. Para os fins destes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, os termos "tratamento" e "dados pessoais" terão os significados que lhes são atribuídos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, conforme alterada ou substituída de tempos em tempos.

### **22 CLÁUSULA VINTE E DOIS – GARANTIAS DE PAGAMENTOS**

22.1 Com base na análise da estrutura econômico-financeira da COPERGÁS, a EQUINOR concedeu um limite de crédito corporativo de USD 2MM (dois milhões de dólares americanos) para a COPERGÁS, que será aplicável às NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA em que a COPERGÁS atuar como COMPRADORA, podendo o mesmo ser alterado

a qualquer momento pela EQUINOR mediante reavaliação interna do risco de crédito da COPERGÁS.

Caso as PARTES queiram realizar uma NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA que ultrapasse o limite de crédito corporativo concedido pela EQUINOR, conforme esta Cláusula, na qual a COPERGÁS esteja atuando como COMPRADORA, a COPERGÁS obriga-se a instituir garantia de pagamentos conforme Item 22.8.

22.2 O limite de crédito corporativo concedido pela EQUINOR nos termos desta Cláusula será revisto anualmente ou em periodicidade inferior, a critério da EQUINOR. A COPERGÁS desde já se compromete a fornecer as informações e documentações necessárias para suporte na reavaliação do limite de crédito.

22.3 O valor requerido de garantia de pagamento será o resultado do valor acordado na NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA para a transação menos o montante concedido de limite de crédito corporativo vigente na data da NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA.

22.4 No caso de transações acima do limite de crédito corporativo, a COPERGÁS deverá realizar um pagamento antecipado do valor da transação ou oferecer à EQUINOR uma garantia que seja formalmente aceita pela EQUINOR, devendo tal garantia permanecer válida durante todo o PERÍODO DE FORNECIMENTO previsto na NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA em questão.

22.5 Em caso de inadimplemento pela COPERGÁS das obrigações de pagamento descritas neste TERMOS E CONDIÇÕES, a EQUINOR poderá, no 11º (décimo primeiro) DIA imediatamente após a respectiva data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, executar a garantia eventualmente ofertada nos termos do Item 22.8 abaixo, no valor correspondente ao montante não pago do DOCUMENTO DE COBRANÇA, incluindo multas, penalidades, indenizações e verbas rescisórias, acrescido dos ENCARGOS MORATÓRIOS, calculados para o período decorrido desde a data do vencimento até a data da efetiva liberação dos recursos pelo banco garantidor da garantia.

22.6 Na hipótese da execução da garantia de pagamento, a COPERGÁS deverá restabelecer o valor inicial da garantia no prazo de até 30 (trinta) Dias contados da data de vencimento do(s) respectivo(s) DOCUMENTO(S) DE COBRANÇA inadimplido(s) que tenha(m) ensejado a execução da referida garantia de pagamento.

22.7 Caso haja descumprimento da COPERGÁS relativamente à sua obrigação de oferecimento, manutenção da validade, substituição, complementação ou restabelecimento da garantia de pagamento, a EQUINOR, a seu exclusivo critério, poderá suspender o fornecimento de GÁS.

22.8 Para fins de cumprimento da CLÁUSULA 22, caso determinada NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA ultrapasse o limite de crédito corporativo concedido pela EQUINOR nos termos do Item 22.1 acima, a COMPRADORA deverá emitir em favor da VENDEDORA uma garantia financeira no valor correspondente à parcela não coberta por tal crédito corporativo na forma de: (i) depósito bancário em conta da VENDEDORA ou (ii) fiança bancária, irrevogável e executável ao primeiro pedido, emitida por instituição financeira de primeira linha (rating mínimo de: B+ na escala global de longo prazo da Standard & Poors ou brBBB+ na escala nacional de longo prazo da Standard & Poors). A garantia financeira deverá

ser entregue antes da entrada em vigor de cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO e será mantida em vigor e válida até a data do seu término. Caso a instituição financeira deixe de atender ao requisito de instituição de primeira linha, a COMPRADORA deverá oferecer uma nova garantia financeira à VENDEDORA no prazo de 15 (quinze) dias. No caso de descumprimento pela COMPRADORA das obrigações estabelecidas nestes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, a VENDEDORA poderá sacar e/ou executar a garantia financeira, no todo ou em parte, para obter a satisfação de quaisquer valores devidos pela COMPRADORA, nos termos do contrato, incluindo multas, penalidades, indenizações e verbas rescisórias.

## **23 CLÁUSULA VINTE E TRÊS – CONCORDÂNCIA DAS PARTES**

23.1 Nos termos da legislação vigente, as PARTES expressamente concordam em utilizar e reconhecem como válida a comprovação de anuência aos termos ora acordados em formato eletrônico, incluindo assinaturas eletrônicas em plataforma eleita pelas PARTES, ainda que não utilizem de certificado digital emitido no padrão ICP-Brasil. A formalização das avenças na maneira supra acordada será suficiente para a validade e integral vinculação das PARTES ao presente instrumento. A data de assinatura deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS será a data em que a última assinatura de forma digital ou eletrônica ocorrer.

Recife/PE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

### **COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GÁS - COPERGÁS**

\_\_\_\_\_  
**Bruno Monteiro Costa**  
Diretor Presidente

\_\_\_\_\_  
**Roberto Cobo Zanella**  
Diretor

### **EQUINOR ENERGY DO BRASIL LTDA.**

\_\_\_\_\_  
**Claudia Brun**  
Vice Presidente

### **TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
Nome: Paulo Augusto Rodrigues Ribeiro  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Nome: Jacinto Sousa  
\_\_\_\_\_

SHEILA MAYANE  
BARBOSA DE  
SANTANA  
CORREA

Assinado de forma digi  
por SHEILA MAYANE  
BARBOSA DE SANTANA  
CORREA  
Dados: 2025.01.31 15:1

## ANEXO I

### MODELO DE NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA

|               |  |
|---------------|--|
| <b>DATA</b>   |  |
| <b>NÚMERO</b> |  |

#### 1. QUALIFICAÇÃO DAS PARTES

|                     | COMPRADORA | VENDEDORA |
|---------------------|------------|-----------|
| <b>RAZÃO SOCIAL</b> |            |           |
| <b>CNPJ</b>         |            |           |
| <b>EMAIL</b>        |            |           |

#### 2. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

|                                |                                    |                 |
|--------------------------------|------------------------------------|-----------------|
| <b>PERÍODO DE FORNECIMENTO</b> | Das 00h00 de [•] até às 24h de [•] |                 |
| <b>QDC</b>                     | [•] (m³/dia)                       |                 |
| <b>PONTO DE ENTREGA</b>        | <b>MUNICÍPIO</b>                   | <b>GASODUTO</b> |
|                                | [•]                                | [•]             |

#### 3. CONDIÇÕES COMERCIAIS

|   |              |
|---|--------------|
| <b>PREÇO DO GÁS (PG)</b>  | [•] (R\$/m³) |
| <b>VALOR TOTAL DA NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA</b> | [•] (R\$/m³) |
| <b>VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR)</b>                  | [•] (R\$/m³) |
| <b>% DA QDC PARA APURAÇÃO DE TAKE-OR-PAY DIÁRIO</b>             | X            |
| <b>% PARA DETERMINAÇÃO DA PENALIDADE POR FALHA DA VENDEDORA</b> | X            |

**PENALIDADE  
POR DESVIO DA  
PROGRAMAÇÃO,  
CASO  
APLICÁVEL**

#### **4. INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

Impactos das PARADAS:

#### **5. DISPOSIÇÕES GERAIS**

5.1. A presente NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA constitui parte integrante e indissociável dos Termos e Condições Gerais celebrado entre as Partes.

5.2. Expressões e definições usadas na presente NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA deverão ter o significado atribuído nos TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

#### **6. ASSINATURAS**

Pernambuco, XX de XX de XXX.

**EQUINOR ENERGY DO BRASIL LTDA.**

\_\_\_\_\_  
[nome]  
[cargo]

\_\_\_\_\_  
[nome]  
[cargo]

**COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GÁS - COPERGÁS**

\_\_\_\_\_  
[nome]  
[cargo]

\_\_\_\_\_  
[nome]  
[cargo]

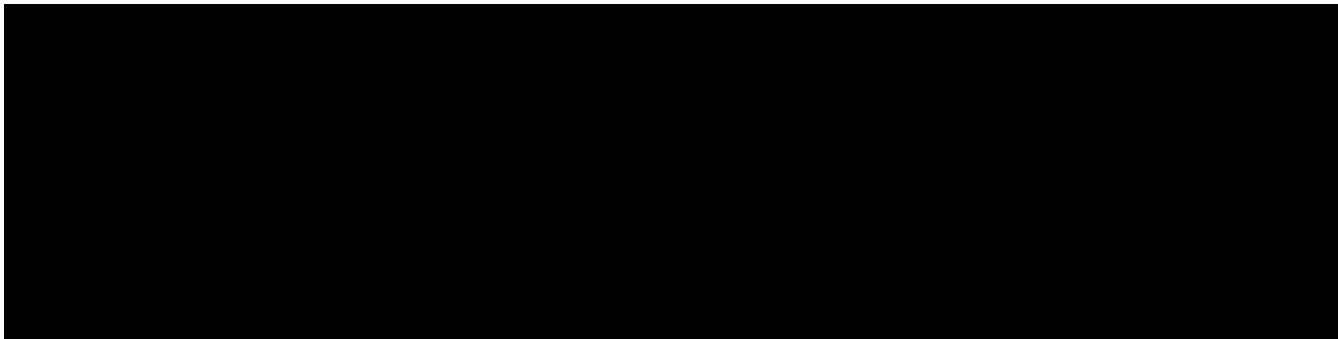
#### **TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: [REDACTED] ou vá até o site [REDACTED] e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/02/2025 é(são) :

- ☒ Bruno Monteiro Costa (Signatário) - [REDACTED] em 06/02/2025 13:51 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ ROBERTO COBO ZANELLA (Signatário) - [REDACTED] em 04/02/2025 16:29 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ Sheila Mayane Barbosa De Santana Correa (Visto CJUR) - [REDACTED] em 04/02/2025 16:19 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ Jacinto JR de Sousa (Testemunha) - [REDACTED] em 04/02/2025 16:18 UTC-03:00  
**Nome no certificado:** Jacinto Junior De Sousa  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ Claudia Brun (Signatário) - [REDACTED] em 04/02/2025 16:10 UTC-03:00  
**Tipo:** Assinatura Eletrônica

### Evidências



**Client Timestamp** Tue Feb 04 2025 16:10:16 GMT-0300 (Brasilia Standard Time)

**Geolocation** Location not shared by user.



**Assinatura:**



  
☒ Paulo Augusto Rodrigues Ribeiro (Testemunha) -  em 04/02/2025 11:52 UTC-03:00

**Tipo:** Assinatura Eletrônica

### Evidências

**Client Timestamp** Tue Feb 04 2025 11:51:56 GMT-0300 (Brasilia Standard Time)

**Geolocation** Latitude: -22.92408 Longitude: -43.172577 Accuracy: 28





**Assinatura:**

